

DESPORTOS

FRENTE ÚNICA PARA IMPOR A DISCIPLINA

Policia e Sport trabalharão de mãos dadas

RIO, 26 (Pelo correio aéreo) — Estiveram na Polícia Central, conferenciando com o 2º delegado auxiliar, dr. Demócrato de Almeida, e noutras autoridades policiais, os srs. Mario Newton de Figueiredo e Sergio Darcy, presidentes da Liga de Foot-ball do Rio de Janeiro e do Botafogo, respectivamente, designados pelo Conselho Superior da Liga para, juntamente com o sr. Guilherme Pastor, que deixou de comparecer, concertar com aquela autoridade providências tententes a impedir as escenas de disciplina, nos campos de foot-ball, que se vêm repetindo com assustadora frequência.

A palestra que mantiveram, autoridades policiais e paredões esportivos, transcorreu num ambiente de franca cordialidade, confundindo-se os pontos de vista que visam o normal transcurso dos jogos de foot-ball, dentro da mais perfeita disciplina.

TODÓ PRESTIGIO AO JUIZ

Um dos pontos nevrálgicos da questão dizia respeito à manutenção do prestígio da autoridade em campo.

O 2º delegado auxiliar desfaz qualquer dúvida a esse respeito mantendo o seu ponto de vista, que deve contar com a cooperação do juiz e da autoridade policial que presidir ao encontro. O respeito será reciproco e, com as providências policiais, o juiz terá a sua ação plenamente prestigiada e sua integridade física solidamente garantida. Será mantido, assim, o princípio de autoridade.

Em caso de transgressão do Código Penal, a polícia agirá imediatamente, contando também com o apoio do juiz que facilitará, na medida das suas possibilidades, as providências que se tornarem necessárias.

PROHIBIDAS AS GARRAFAS EM CAMPO

Ficou assentado, entre outras provisões, a terminante proibição da venda de bebidas em garrafas, atendendo-se ao facto de que aquelas vasilhames constituem perigosa arma nas mãos dos espectadores.

SERA' PROCESSADO O JOGADOR QUE DESRESPEITAR A AUTORIDADE

O jogador que desrespeitar a autoridade civil será preso, autoado em flagrante e processado como inciso no Código Penal.

EM OUTROS CASOS

Em casos em que a transgressão não seja de molde a causar escândalo o jogador será preso ficando responsável pelo mesmo, até findar a competição, em atenção à assistência, o juiz do encontro.

Terminado o jogo, o juiz apresentará ao delegado o jogador falso, que ficará sujeito as medidas policiais para se tornar mercedor.

UM LOCAL APROPRIADO PARA AS AUTORIDADES

No decorrer da palestra, o delegado Paula Pinto solicitou do presidente do

NOTICIARIO

Vindo de São Paulo, acha-se nesta cidade o sr. Herculano Mendonça, inspetor fiscal da Empresa Construtora Universal Ltda., daquelle Estado, que aqui veio com o fim de pagar um prêmio de 3.000\$000 a menor Serra Serrano Machado, filha do sr. Manuel Machado, residente à rua Epitácio Pessoa, nº 1.º, salido no sorteio realizado, noutro, pela Loteria Federal, cujo título Mundial "D. tem o número 92.425.

Chromos Folhinhas: — Ofertado pelos srs. B. Mârcilia & Andréia, comerciante nesta e na praça de Campina Grande, recebemos um chromo folhinha para 1938.

O sr. Bartholomeu B. Oliveira, director do Bureau Philatélico da Paraíba ofertou-nos um chromo folhinha para 1938.

Grates à gentileza.

Ha na repartição dos Correios e Telegraphos, telegrammas referidos a "Altepa", Olívio Campos Maciel Pinheiro 360; José Pessoa Britto; Reginho Bilda, rua Barão da Passagem; Americo Falconi; Yaya Anjos; dr. Muniz Aragão e senhora Paraíba Hotel; "Wilsan".

Comerciante irregular é todo aquele que ainda não registrou sua firma na Junta Commercial, isto é, não preencheu as exigências da lei 187 de 16 de janeiro de 1937, estando assim sujeito as suas penalidades.

O Escritório de Procuradoria MINERVA, a rua Maciel Pinheiro, 306, encarregado desses serviços.

— Malpas — Mario Octavio — Geraldo — Samuel — Dalvino — Grise — Vicente — Britto.

2º QUADRO : José — Luiz — Egidio — Aldo — Cupim — Galégo — Arnaldo — Sammy — Boleca — Erickson — Uchôa

Reservas : Miron, Sévero, J. Ferreira e Anesio.

AUTO SPORT CLUB

Para a organização dos seus quadros o director do Auto Sport Club, pede o comportamento dos amadores abaixo discriminados, para um rigoroso treino, amanhã, às 4.12 horas da manhã :

Sula Wilson II
Doro Aragão
Lydio Hermes
Narciso Indio
Tota Waldemar
Severino Aristóbulo
Formiga Pelabucha
Dadihno José Paulo
Henrique Helena
Wilson Guilherme
Praxedes Guarabira
João de Deus Durval
Bombéo Orlando

TEAM NEGRO F. C.

(Official)

Encerrando os trabalhos deste ano, este club resolveu, em sessão honrada, o seguinte :

Approvar a acta da sessão anterior.

Eliminar todos os socios que não assignaram o compromisso na sede.

Convidar os amadores juvenis dos 1.º e 2.º quadros para um encontro no dia 1.º de janeiro.

Acceptar como socios Aluizio Borges, Antônio Soares Santos e Wilson Neves e José B. de Sousa

Tomar conhecimento dos ofícios do S. Lourenço S. C., da L. J. D. P., do Sol Levante S. C. e do Manacári S. C.

Approvar os estatutos do Felipé para reger o club.

Instituir um prêmio ao quadro vencedor do jogo do dia 1.º de janeiro.

ASSOMBROSO!! FORMIDAVEL!!

A manteiga LYRIO sempre imitada... e nunca igualada... Nos ultimos quinze dias foram pagos inúmeros cheques, da sabrosa manteiga LYRIO

ALÉM DE 620\$000 EM CHEQUES ABACIA 20\$000 FORAM CONTEMPLADAS MAIS AS SEGUINTESS PESSOAS :

N.º 7.420, de R\$ 100\$000 — Sargento da Policia Militar MANUEL AVELINO DA SILVA, actualmente em Belém de Cácaras.
" 7.424, " 100\$000 — D. MARCOS MESQUITA — Rua do Rogers, 64.
" 7.355, " 100\$000 — Dr. FLAVIANO RIBEIRO COUTINHO, actualmente em Tambau.
" 7.351, " 100\$000 — SOLEMAR RIBEIRO BOTELHO — Rua Diogo Velho, 332.
" 7.362, " 50\$000 — D. ELEONORA COSTA — Av. 24 de Maio, 372.
" 7.438, " 50\$000 — JOÃO PEREIRA DE LIMA — Rua Desembargador Bôto, 589.
" 7.354, " 50\$000 — ZEFERINO VIEIRA DA SILVA — Rua Floriano Peixoto, 842.
" 7.411, " 50\$000 — Dr. ALVARO LEMOS — Rua Nossa, n.º

NUM TOTAL DE R\$ 1.220\$000!!

A manteiga "LYRIO" não distribui "chuva" de dinheiro, mas

DINHEIRO DE VERDADE!!

EXMAS. DONAS DE CASA!

Ma cerca de 20 annos, a —

MANTEIGA MINEIRA "GARÇA"

— A SUA MANTEIGA —

vém sendo RECONHECIDA e PREFERIDA pela sua qualidade insuperável e, actualmente, a —

MANTEIGA MINEIRA "GARÇA"

— A SUA MANTEIGA —

apresenta-se, pela sua pureza absoluta e delicioso sabor, MELHOR QUE NUNCA.

Não consintam, pois, que o seu fornecedor, tendo em vista os seus interesses, procure substituir a —

MANTEIGA MINEIRA "GARÇA"

— A SUA MANTEIGA —

por uma manteiga qualquer.

NOTA: — Os Vales encontrados dentro de suas latas estão sendo pagos, EM DINHEIRO, pelos agentes.

A. LUCENA & CIA.
ESCRITÓRIO: — PALACETE DA ASS. COMMERCIAL

— JOAO PESSOA —

ROTARY CLUB DE JOÃO PESSOA

SUA SEMANAL DE TERÇA-FEIRA ULTIMA

Em sessão semanal ordinária, reunida terça-feira passada, na Restaurante Werner, o Rotary Club de João Pessoa.

A sessão foi aberta ás 11.30 horas sob a presidencia do dr. Abelardo Andrade dos Santos secretariado pelo dr. Matheus de Oliveira, com a saudação de braços á Bandeira, sendo, ainda nessa occasião, a comitê do presidente, dada uma salva de palmas em homenagem aos clubes rotários italians.

Foi lido em seguida concedida a palavra ao dr. Oscar de Castro, ou na qualidade de director do Protocolo, fez uma saudação ao dr. Gabriel de Oliveira, 1º-º funcionário do Departamento Mineralogico do Brasil, que ali se achava presente a comitê de seu progenitor dr. Matheus de Oliveira.

Prasegundo com a palavra, o erador passou a saudar o dr. Oswald Trigueiro, por motivo de proximo transcurso da sua data natalica, sendo sua oração terminada com a leitura de uns interessantes versos allusivos à aniversariante, lidos pelo presidente dr. Abelardo Santos, concluindo os quais, foi o dr. Oswald Trigueiro homenageado com entusiasticas palmas do plenario.

Desencubou-se da palcista do dia o rotariano sr. João de Vasconcelos, que fez interessante trabalho sobre "Canarafágao e Fraguaria", tratando dentro desse tema com alta visão, a correlação existente entre a canarafágao e a fraguaria, e indicações rigorosamente práticas para a plena execução e andamento dos quatro objectivos de Rotaract, sobre os quais o orador demora-se em suas apreciações em todos os seus mitizes, em que fica amplamente demonstrado que Rotaract pretende alcançar, aperfeiçoando o homem, para bem servir á humanidade.

O sr. João de Vasconcelos conciliou suas palavras debaixo de grandes aplausos dos presentes, faz, em seguida, uma oração votiva manifestando o desejo de Rotaract para que o proximo anno seja portador de maiores esperanças, respetativas para o mundo e que marque uma nova phase nos altos destinos que aspira alcançar a humanidade.

Entrando a hora das Comunicações e Propostas, foi ouvido em primeiro lugar, o sr. J. Aquino Cavalcanti, que expôz ao plenario a opinião impressão que lhe deixa a solenidade da posse da primeira directoria de "Liga Parahybana Contra a Tuberose", verificada no dia anterior, salientando a alta significação daquele a obra filantropica patrocinada pelo Rotary, em concuso, decidido do Governo do Estado, da classe médica e da sociedade parahybana. Declarou o orgulho que sentira de ser rotariano em ver concretizada aquela grandiosa iniciativa social de que tanto estava a carregar a Parahyba, afirmando ainda que via com manifestações de regozijo, o inicio de uma auspiciosa phase de realizações concretas para o combate á pestilencia.

Faz ainda o oradorelogiosas referencias á direcção do dr. Muniz de Aguiar, professoer de dermatologia, da referida Colégio, durante a qual aquelle illustre tisiologo reconheceu com justica, a idea partida do selo do Rotary e o esforço por este emprego.

do para a fundação da "Liga Parahybana Contra a Tuberose".

Usando em seguida da palavra o dr. Hermenegildo Di Lascio, agradece a saudação do Club dirigida ao comitê da sessão, aos Rotaract Clubianos e, concluindo comunica a recente promocao do comandante Thomé Rodrigues do posto de coronel manifestando a satisfação que aquella noticia trazia para os rotarianos parahybanos, como um grande alívio das qualidades de inteligencia e carácter daquela oficial, como ajuda por ser o coronel Thomé Rodrigues um verdadeiro amigo e admirador do Rotary.

Foi isso em seguida concedida a palavra ao dr. Oscar de Castro, ou na qualidade de director do Protocolo, fez uma saudação ao dr. Gabriel de Oliveira, 1º-º funcionário do Departamento Mineralogico do Brasil, que ali se achava presente a comitê de seu progenitor dr. Matheus de Oliveira.

De acordo com a proposta apresentada pelo rotariano dr. Hermenegildo Di Lascio, uma comissão de doze rotarianos, tendo à frente o seu presidente, dr. Abelardo Andrade dos Santos, esteve após a sessão, na residencia do coronel Thomé Rodrigues, ali apresentando aquelle illustre militar os seus cumprimentos por motivo de sua recente promoção do posto que ora ocupa.

Recebidos cordialmente pelo coronel Thomé Rodrigues, os rotarianos parahybanos se demoraram em amistosa palestra em que o homenageado manifestou em que sua satisfação daotela vista e reconhecimento pela demonstração de sympathia com que o Rotary Club de João Pessoa vinha distinguir sua pessoa.

Seus titulos são cobertos com segurança e mestria, quando foram criados o DEPARTAMENTO DE PROGRADURIA DA ORGANIZAÇÃO "MINERVA", a rua Maciel Pinheiro, 306.

Grande Circo "Fekete"

Estréa hoje, nesta capital, a comédia de variedades dos irmãos "Fekete", que se vem exhibindo, com exito, nas capitais e centros mais importantes do norte do país.

O Circo "Fekete", que se acha instalado no Parque "Solon de Lucena", conta com um elenco variado de artistas, salientando-se o comic chimbarrão.

O espectaculo terá inicio ás 20 horas.

ALUGAM-SE dois modernos predios, recem construidos em local aprazivel, à Avenida dos Estados (Therzopolis), com dois pavimentos, quatro quartos, installações sanitarias completas, nos andares terreo e superior.

Bande à porta.
A tratar com o sr. Antônio Raposo, à Rua 13 de Maio, 423.

LUNETA DE GRANDE ALCANCE
A venda — Santo Elias, 189

P A R T E O F F I C I A L

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

DECRETO N.º 908, de 29 de dezembro de 1937

Regula a cobrança do imposto de indústria e profissão sobre casa importadora de kerosene e gasolina e óleos combustíveis.

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO Interventor Federal no Estado da Paraíba,

DECRETA:

Art. 1.º — O imposto de indústria e profissão sobre estabelecimentos importadores de gasolina, kerosene e óleos combustíveis que mantenham casas-matrizes, filiais ou agências, constará de duas partes: uma fixa e outra variável.

§ 1.º — A parte fixa obedecerá à seguinte classificação:

1.ª classe

Casas filiais ou agências e comarquias	Capital	C. Grande	Cidades	Villas e outros lugares
importadoras desses produtos	12:000\$000	12:000\$000	12:000\$000	12:000\$000

2.ª classe

De menos de 30.000 a 20.000	12:000\$000	12:000\$000	12:000\$000	12:000\$000

3.ª classe

De menos de 20.000 a 10.000	6:000\$000	6:000\$000	6:000\$000	6:000\$000

4.ª classe

De menos de 10.000 a 5.000	4:000\$000	4:000\$000	4:000\$000	4:000\$000

Casas vendedoras, agências ou sub-agências de depósitos no Estado

Bombas para venda de gasolina a retalho

§ 2.º — A parte variável será arrecadada na razão seguinte: gasolina e óleo combustível — 7 %; kerosene 5 %. Servirá de base para a cobrança acima o valor comercial dos produtos referidos e destinados à venda durante o ano, de acordo com os desejos e guias apresentados às repartições fiscais e será paga trimestralmente, destinando-se o seu produto ao custeio dos serviços de conservação de estradas de rodagem e saúde pública.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALACIO DA REDEMPCAO, em João Pessoa, 29 de Dezembro de 1937, 49.º da Proclamação da República.

Argemiro de Figueiredo
Francisco de Paula Porto

DECRETO N.º 909, de 29 de dezembro de 1937

Regula o livre transito pelo Estado de mercadorias e animais de outra procedência.

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO Interventor Federal no Estado da Paraíba,

DECRETA:

Art. 1.º — É livre pelo território deste Estado, o transito de mercadorias e animais de outros Estados.

Art. 2.º — Para que as mercadorias e animais referidos no art. acima possam gozar de isenção de impostos é essencialmente necessário que transitem acompanhados de guia ou conhecimento de exportação, expedidos pela repartição fiscal do Estado exportador e revestidas das seguintes formalidades:

a) — A guia ou conhecimento de exportação deverá ser apresentada à primeira repartição fiscal do Estado dentro do prazo máximo de 15 dias, contados da data de sua expedição;

b) — Os produtos devem ser devidamente conferidos no acto de sua entrada neste Estado, por quantidade, qualidade, marca e contra-marca. No conhecimento de exportação ou guia deverá ser lançada pelo empregado que conferir a nota, por extenso da conferência, com data e assinatura;

c) — A guia ou conhecimento de exportação deverá trazer a assinatura ou assinaturas dos funcionários que os expedirem, devidamente reconhecidas pelo notário da localidade de sua expedição;

d) — Conter claramente e de maneira a não merecer dúvida sem emendas rasuras ou bordões o pagamento do imposto do Estado exportador ou nota circunstanciada da isenção do respeitado imposto.

Art. 3.º — Para que seja considerada em transito, a mercadoria deve satisfazer às seguintes exigências:

a) — que, por qualquer processo, não seja a sua qualidade ou especie primitiva transformada industrialmente;

b) — que, do conhecimento de exportação ou guia, além das condições já previstas nos dispositivos anteriores no presente, conste claramente o destino certo e determinado e o nome do exportador;

c) — Não decorram mais de 45 dias contados da data de sua entrada neste Estado para o de sua saída do mesmo.

Art. 4.º — A falta de qualquer das formalidades previstas, importa no cancelamento da guia ou conhecimento de exportação, e, no caso de fraude, a mercadoria ou animais são considerados como contrabandos, sujeitos assim ao processo comum.

Art. 5.º — Tratando-se de algodão, não é permitido o seu reenfardamento com mistura de produto deste Estado.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALACIO DA REDEMPCAO, em João Pessoa, 29 de Dezembro de 1937, 49.º da Proclamação da República.

Argemiro de Figueiredo
Francisco de Paula Porto

DECRETO N.º 910, de 29 de dezembro de 1937

Créa a Taxa de Assistência social a menores abandonados.

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO Interventor Federal no Estado da Paraíba,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Taxa de assistência social a menores abandonados.

Art. 2.º — A taxa recarregará sobre predios urbanos e suburbanos do Estado: é fixa e será paga pelo proprietário nas seguintes bases: \$6000 por predio em que residir o seu próprio dono e 108000 por predio destinado a aluguel.

Art. 3.º — Ficam isentos da contribuição a que se refere o presente decreto os proprietários de predios de valor venal inferior a cinco contos de réis (\$ 0000\$00).

Art. 4.º — A taxa ora criada terá aplicação exclusivamente em serviços referentes a menores abandonados e constituirá, no Tesouro do Estado, Caixa Especial a isso destinada.

Art. 5.º — A taxa será arrecadada pelas Prefeituras Municipais, conjuntamente com a primeira prestação do imposto predial, e recolhida ao Tesouro ou repartições fiscais do Interior, logo após à sua arrecadação.

Art. 6.º — As repartições fiscais farão escripturar nos balancetes as importâncias recebidas das Prefeituras, sob o título de "Taxa da assistência social a menores abandonados", sem direito a percentagem nessa receita.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALACIO DA REDEMPCAO, em João Pessoa, 29 de Dezembro de 1937, 49.º da Proclamação da República.

Argemiro de Figueiredo
Francisco de Paula Porto
Severino Cordeiro de Sousa

DECRETO N.º 911, de 29 de dezembro de 1937

Altera o quadro da Escola Correccional "Presidente João Pessoa".

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO Interventor Federal no Estado da Paraíba,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica alterado o quadro do pessoal da Escola Correccional "Presidente João Pessoa", conforme a tabela que com este baixa.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALACIO DA REDEMPCAO, em João Pessoa, 29 de Dezembro de 1937, 49.º da Proclamação da República.

Argemiro de Figueiredo
Francisco de Paula Porto
Severino Cordeiro de Sousa

ESCOLA CORRECCIONAL "PRESIDENTE JOAO PESSOA"

Quadro a que se refere o decreto n.º 911, de 29 de Dezembro de 1937.

CLASSIFICACAO	Vencimen-tos mensaes	Vencimen-tos annuas	TOTAES
a) — SECCAO ADMINISTRATIVA:			
1 — Director	1:2000\$000	14:400\$000	
1 — Encarregado do Expediente	400\$000	4:800\$000	
1 — Escriturário-Dactylographo	300\$000	3:600\$000	22:800\$000
b) — SECCAO EDUCATIVA:			
1 — Prof. Director	350\$000	4:200\$000	
1 — Technico-Agricola	450\$000	5:400\$000	
1 — Instrutor de educação physica e militar	250\$000	3:000\$000	
2 — Professores	230\$000	5:520\$000	
1 — Enfermeiro	300\$000	3:600\$000	21:720\$000
c) — PESSOAL VARIAVEL:			
1 — Economo almoxarife	300\$000	3:600\$000	
1 — Mestre carpinteiro	300\$000	3:600\$000	
1 — Mestre sapateiro	300\$000	3:600\$000	
1 — Mestre alfaiate	300\$000	3:600\$000	
1 — Mechanico	300\$000	3:600\$000	
1 — Chauffeur	250\$000	3:000\$000	
4 — Guardas vigilantes	130\$000	8:640\$000	
2 — Cabos de turmas	130\$000	3:200\$000	
1 — Enc. irregado dos animais	120\$000	1:440\$000	
1 — Vigia da propriedade	100\$000	1:000\$000	
1 — Roupeiro	90\$000	1:080\$000	
1 — Cozinheiro	60\$000	1:080\$000	
1 — Leadeira	75\$000	900\$000	39:540\$000
			84:060\$000

ESCOLA CORRECCIONAL "PRESIDENTE JOAO PESSOA"

MATERIAL:

Expediente e material escolar	4:200\$000
Alimentação e medicamentos	68:000\$000
Fardamento e pertences de dormitorio e deportos	15:000\$000
Sementes, animais e material agrario e de oficinas	10:200\$000
Assalto	2:100\$000
Urvilhas de corte e cozinha	1:000\$000
Correspondencia	360\$000
Reforma das oficinas	35:000\$000
	135:860\$000

Interventoria do Estado

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR DO DIA 22:

Petição:

De José Targino Ramos requerendo o cancelamento de imposto de Indústria Profissional "Deferido — pagando porém o imposto do anno com a diferença de 50%."

DO DIA 29

Petição:

De Abel Coelho da Silva, 1º Suplente de Juiz Municipal do termo de Santa Luzia do Sabugi comarca de Patos, requerendo pagamento de gratificação — "Indeferido à vista das informações".

Decretos:

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Francisco Antônio de Oliveira para exercer em comissão o cargo de investigador de 1.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia José Cavalcante Formiga para exercer em comissão o cargo de investigador de 1.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Pedro Martinian de Menezes para exercer em comissão o cargo de investigador de 1.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Luiz Gonzaga de Menezes para exercer em comissão o cargo de investigador de 1.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Lauro Gonçalves de Lima para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Manuel Jovino para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Honório da Costa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Vicente Barbosa de Araújo para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Ascendino Coelho Cavalcante para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Manuel Alves de Melo para exercer em comissão o cargo de

da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Jovino do O. Soberano para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Francisco Menelau Berlinguer para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Antonio Ribeiro da Silva para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Salvador Alves de Sousa para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Manuel Braga para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Adhemar Londres Rabello para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Helton Hardman Franco para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Mario Nicodem Galvão para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Pedro Pereira dos Santos para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Pedro Huerta Baptista para exercer em comissão o cargo de investigador de 2.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Genésio Ferreira Machado para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Jerônimo Rodrigues dos Santos para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Astecildes Cruz para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia João Ignacio da Silva para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Domingos Serrant para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Damião Barbosa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia José de Moraes Martins para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Lauro Gonçalves de Lima para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Antonio Arantes para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia José Alves Baptista para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Honório da Costa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Ascendino Coelho Cavalcante para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Francisco Menelau Berlinguer para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Jovino do O. Soberano para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Severino Cordeiro de Sousa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Francisco de Paula Porto para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Severino Cordeiro de Sousa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Argemiro de Figueiredo para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Francisco de Paula Porto para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Severino Cordeiro de Sousa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Francisco de Paula Porto para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

**UM ELEMENTO NOVO
PARA A SUA BELLEZA
BATON
LALAQUE**

Pôde beijar, comer, beber, fumar e tomar banho de mar, que elle resiste a tudo.

A VENDA EM TODO O BRASIL

cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Rubens Romer Rocha para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia João do Rego Barros para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia José Viana Ladeira da Silva para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Manoel Geraldo para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Ignacio Lopez da Silva para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Severino Dutra para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Adelson Barbosa de Carvalho para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia José Theodoro da Costa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Manuel Miguel Gomes para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Luiz de Carvalho Costa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia José Theodoro da Costa para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Joaquim dos Santos para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia José Antônio dos Santos para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Joaquim dos Santos para exercer em comissão o cargo de investigador de 3.ª classe da Polícia Civil, servindo-lhe de título a presente portaria.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba nomeia Luiz Gonzaga de Figueiredo Lima para exercer interinamente o cargo de professor de 1.ª entrada com exercício na Cadeia Pública da capital, devendo solicitar seu título à Secretaria do Interior e Segurança Pública e assumir o exercício no início do próximo ano escolar.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba determina que no dia 1º de fevereiro do próximo ano, todos os professores públicos do Estado, que se encontram fora dos cargos para os quais foram primitivamente nomeados, voltem às suas funções efectivas.

Secretaria da Fazenda

EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 10:

Petições:

De Francisco Coelho de Sousa, com moradia em Ipoçais, do município de Santa Luzia, requerendo transferência de seu livro de vendas à Vista para o município de Campina Grande. — Deferido.

De Benedicto Paulo, requerendo cancelamento de collecta. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 28:

Portarias:

O Secretário da Fazenda designa o Estacionário Fiscal da Araruama, recommendando ao mesmo passar o exercício ao guarda-fiscal, Miguel Arcanjo de Almeida.

O Secretário da Fazenda remove o guarda-fiscal Antonio Marinho Falcão, da Estação Fiscal de Pitimbú, para a Mesa das Rendas de Cajazeiras.

EXPEDIENTE DO DIRECTOR DO DIA 29:

Petição:

De Sebastião Donato, requerendo cancelamento de collecta. — Deferido.

DIRECTORIA DO GABINETE

EXPEDIENTE DO DIRECTOR DO DIA 29:

Por determinação do sr. Secretário da Fazenda foi expedido um offi-

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

DECRETO N.º 367, de 29 de dezembro de 1937

Dispõe sobre a arrecadação de impostos do Município

O Prefeito da Capital do Estado da Paraíba,

Considerando que a arrecadação das rendas do Município, no corrente ano, não atingirá à provisão orçamentária; e que, apesar das medidas de economia que vêm sendo adoptadas, a despesa ordinária para o exercício de 1938 não poderá ser inferior à do orçamento actual;

Considerando que se faz necessário, para o equilíbrio do orçamento alterar a legislação tributária em vigor, afim de ser parcialmente compensada a extinção dos impostos cedular, de feira e de estatística da produção;

DECRETA :

Art. 1.º — O imposto de licença que recaia sobre os estabelecimentos collectados anteriormente à vigência da Lei n.º 47, será cobrado, no exercício de 1938, pela tabela annexa ao Decreto n.º 357, de 27 de Dezembro de 1935, com a redução de cincuenta por cento.

Art. 2.º — O imposto de diversos será cobrado de acordo com o disposto no Título Quinto da Lei n.º 47, ficando abolida a taxa relativa aos cinematógrafos.

Art. 3.º — A taxa de aferição dos estabelecimentos licenciados no regime da Lei n.º 47, será cobrada nas mesmas bases adoptadas para os estabelecimentos collectados anteriormente, e de conformidade com a Tabela annexa do Decreto n.º 286, de 26 de Dezembro de 1933.

Art. 4.º — Ficam revogados: o art. 54 e o Título Sexto da Lei n.º 47, de 31 dezembro de 1936; a Lei n.º 31, de 1.º de Julho de 1936; a Lei n.º 68, de 9 de agosto de 1937.

Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 29 de dezembro de 1937.

Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello

Foi publicado nesta Secretaria aos 29 de dezembro de 1937

José Washington de Carvalho

BALANÇETE DA RECEITA E DESPESA DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 1937

RECEITA:

Saldo do dia 28 1:635\$200

Recelta do dia 29 6:772\$800

8:408\$000

DESPESA:

Pago a funcionários, vencimentos deste mês	2:540\$000
Ao pessoal variável, idem, idem	600\$000
A Guarda Municipal, percentagem de impostos arrecadados	226\$300
Ao dr. Raul Leite & Cia, conta de medicamentos	50\$000
A L. Pinto de Abreu, conta de matérias	407\$600
A Justo Bernardino da Silva, conta de serviços de cartório	170\$000
Saldo em dinheiro para o dia 30 789\$200	4:763\$100

Thesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 29 de Dezembro de 1937.

Gentil Fernandes,
Thesoureiro interino.

cio ao Estacionário Fiscal da Araruama, recomendando ao mesmo passar o exercício ao guarda-fiscal, Miguel Arcanjo de Almeida.

Secretaria do Interior e Segurança Pública

CADEIA PUBLICA DA PARAHYBA

EXPEDIENTE DO DIRECTOR DO DIA 29:

Ofício n.º 1235. Ao dr. Secretario do Interior e Segurança Pública, remetendo, para autorização, a resolução sob numero 69, em a qual constam 300 abacaxis e 85 kilos de balações doces, para o Ano Bom dos detentos.

Ofício n.º 1236. Ao dr. Secretario do Interior e Segurança Pública, enviado para ser autorizado o empenho n.º 60, referente a mercadorias a serem adquiridas para completem o pedido de teste.

Ofício n.º 1237. Ao dr. Director da Produção do Estado, encaminhando para os devidos fins, uma petição do preso indigente Francisco Melchides de Sousa, em a qual requer certidão de serviços prestados aquela Repartição durante o período de 17/19 a fins de novembro do anno expirante.

Ofício n.º 1238. Ao dr. Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal do comarca da Capital, encaminhando para os fins de direito, um requerimento do preso pobre Antonio Luis da Silva, solicitando uma audiência especial, para ser ouvido naquele Juizo.

Ofício n.º 1239. Ao dr. Secretario do Interior e Segurança Pública, remetendo, para autorização, o empenho sob numero 161 na importâcia de 544\$700, relativo ao consumo de luz verificado durante os meses de outubro, novembro e dezembro do corrente anno.

Movimento geral de hontem:

Existiram 261 reclamos foram recolhidos 2, ficaram existindo 263, sendo 1 não arrapado por esta Cadeia, por ser alimentado às suas custas.

Foram hoje distribuídas 389 rações: 16 aos detentos que se encontravam em diéta na enfermaria, 17 aos empregados, inclusive aos dois guardas civicos constantes das partes diárias anteriores, 246 aos demais presos.

Petição:

De Sebastião Donato, requerendo cancelamento de collecta. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 29:

Por determinação do sr. Secretário da Fazenda foi expedido um offi-

E' POSSIVEL VIVER 100 ANOS?

A Ciencia tem demonstrado que o homem pode atingir a idade avançadíssima, apesar da enorme sombra de energias que a vida moderna nos exige despendir. Em nosso tempo, como no secular passado, a média de vida humana está cifrada nos 60 anos. Uma alimentação racional, o sol, o ar livre, a abstinença de excesso, as 8 horas de sono e o cultivo do bom humor, que só é possível em quem possue um fígado perfeito, podem levar o homem aos 100 anos no goso da mais perfeita saúde. Experimente o senhor este regime para longevidade e ao menor sinal de distúrbios hepáticos, comece imediatamente a fazer uso da Pariquinha, o perfeito regulador das funções do fígado.

Pariquinha, que foi fixada em fórmula pelo grande sabio Barbosa Rodrigues, é o remedio que os medicos indicam para as congestões do fígado, angio-cólites, calculos biliares, insuficiencia hepática, ictericia, hepáticas, etc. Em pílulas ou em forma de elixir, Pariquinha é o remedio ideal e mais eficaz para doenças do fígado.

353, à avenda General Bento da Gama, sem licença da Prefeitura. — Reduz a multa para metade, de acordo com o parecer.

J. H. Costa requerendo dispensa de uma multa que lhe foi imposta por estar usando pesos violados em seu estabelecimento comercial, à avenda Alberto de Britto n.º 266.

Reduz a multa para metade, de acordo com o parecer.

Dr. Lauro Wanderley, requerendo dispensa de uma multa que lhe foi imposta por estar vendendo mel de abelhas, impróprio para o consumo, devido a alteração com assucar, em seu estabelecimento comercial à avenda Cruz das Armas. — Reduz a multa para metade, de acordo com o parecer.

Lindolfo Chaves, requerendo dispensa de uma multa que lhe foi imposta por estar vendendo mel de abelhas, impróprio para o consumo, devido a alteração com assucar, em seu estabelecimento comercial à avenda Cruz das Armas. — Reduz a multa para metade, de acordo com o parecer.

Emilson Ponce de Leon, requerendo licença para armar um pavilhão para as festas de Anno Novo. — Deferido.

João Fausto dos Santos requerendo licença para substituir pelas telhas o teto de sua casa de palha à avenda 3 de Maio, n.º 358. — Deferido.

Cidlene José da Silva, requerendo licença para armar uma barraca na avenda Floriano Peixoto, para as festas de Anno Novo. — Deferido.

Dulce Ferreira da Silva, requerendo licença para colocar um pavilhão durante as festas de Anno Novo, na avenda Floriano Peixoto, no dia 31 de dezembro de 1937. — Deferido.

Anna Cavalcanti, requerendo licença para armar uma barraca na avenda Floriano Peixoto, durante as festas de Anno Novo. — Deferido.

Venâncio de Figueiredo Nobrega, requerendo dispensa de 15 dias de férias regulamentares. — Deferido.

Manoel Lauriano Alves, requerendo 15 dias de férias regulamentares. — Deferido.

Zita Barbosa, requerendo transferência para o nome de seus filhos menores, Maria de Lourdes, José e Humberto Barbosa de Melo, a propriedade das casas ns. 519, 525, 531, 537, 543, 553, 561 e 567, à avenda Floriano Peixoto. — Como requer.

Aleciabedes de Araujo, requerendo licença para assentear um motor no caso n.º 336, à avenda Beira-rio-Rohan. — Deferido, em face do parecer.

Luis Spinelli, requerendo licença para remodelar a fachada de sua casa à rua Duque de Caxias, n.º 152. — Deferido.

José Rossi, requerendo licença para montar um Circo, no Parque Solon de Lucena. — Deferido, em face das informações.

Elio Gonçalves da Silva, requerendo licença para abrir um latrine no muro do seu pavilhão, à rua Ca do Vieira. — Deferido.

José Ferreira Machado requerendo licença para armar um pavilhão na avenda Floriano Peixoto, para as festas de Anno Novo. — Deferido.

Severina de Holland Barbosa, requerendo licença para permanecer com as portas do seu estabelecimento comercial, à avenda Floriano Peixoto, abertas, durante à noite de 31 deste. — Como requer.

Abelardo Guilherme dos Santos, requerendo licença para armar uma barraca na avenda Floriano Peixoto, para as festas de Anno Novo. — Deferido.

Joanna de Carvalho requerendo licença para armar uma barraca na avenda Floriano Peixoto, para as festas de Anno Novo. — Deferido.

Manoel Ramos da Silva, requerendo licença para cobrir a sua casa de taipa e palha à avenda São Luis n.º 445. — Deferido.

Severino Soares de Lima, requerendo licença para construir uma casa de taipa e palha à avenda 5 de Setembro, em Oiticicó. — Como requer.

José Acelino, requerendo licença para colocar uma barraca para as festas de Anno Novo, na avenda Floriano Peixoto. — Deferido.

Gercino Ferreira requerendo licença para colocar uma barraca na avenda Cruz das Armas, durante as festas de Anno Novo. — Deferido.

Para cada gosto um tom
Para cada pele uma cõr
PO' DE ARROZ

ORYGAM

DE GALLY

O pô de arroz que valoriza a
propria beleza.

A' VENDA EM TODO O BRASIL

Manoel Ferreira da Silva, requerendo licença para construir uma casa de taipa e telha, à avenda Carnelio da Cunha. — Deferido.

Multas:

A Prefeitura multou o sr. Henrique Barella, por ter se estabelecido com um depósito de fumo, à praça Barão do Abaíla, sem a devida licença.

A Prefeitura multou o sr. Waldemar Bezerra Londres, por ter mandado construir um acréscimo de um quarto, um terraço, um apparelho e um banheiro, na casa em construção, à avenda A. B. C., sem a devida licença.

Convite:

Está convidado a comparecer à D. O. L. P. o, sr. José Minino da Silva, para esclarecimentos.

FEIRA DE TAMBIA:

A Directoria de Abastecimento avisou ao público que, por determinação do sr. Prefeito, a feira de sábado proximo foi transferida para amanhã.

COMMANDO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE

Quartel em João Pessoa, 29 de Dezembro de 1937.

Serviço para o dia 30 (Quinta-feira).

Dia à Policia Militar, 2.º tenente

D. Lordão.

Ronda à Guarania, 1.º sargento

Adjunto ao oficial de dia, 3.º sargento Severino Luna.

Dia à Estação de Radio, 3.º sargento Agenor Ayrtton.

Guarda do Quartel, 3.º sargento Cicero Alves.

Dia ao telephone, soldado Wilson.

BOLETIM NUMERO 283

Uniforme 4.º

— Declaração sobre reservistas:

Declaro, para conhecimento geral, que a praça desta Corporação ao ser excluída, deve se apresentar na 2.ª Seção da Secretaria Geral, onde receberá o CERTIFICADO DE EXCLUSÃO — devendo em seguida, de acordo com o decreto, se apresentar na 1.ª Seção da Corporação.

O não comparecimento da praça excluída na 15.ª C. R., importa em não ficar considerada reserva estando ainda sujeita às penas da Lei do Serviço Militar.

(AS) Declaro Ferreira de Andrade, confere com o original — Geralherme Falcone, maior sub-comandante interino.

INSPECTORIA GERAL DO TRABALHO PÚBLICO E DA GUARDA CIVIL CIVIL

João Pessoa, 29 de Dezembro de 1937.

Serviço para o dia 30 (Quinta-feira).

Uniforme 2.º (kaki).

Permanente à S. T., guarda n.º 14.

Rondante, guarda ns. 3 e 5.

Plantões, guarda ns. 27, 42, 18 e 109.

BOLETIM N.º 286

Para conhecimento da Corporação e devida execução, público o seguinte:

I — Petições despachadas:

— De Alusio Franca, motociclista amador, requerendo uma licença de prática para o sr. Manoel Deodato Henrique de Almeida Junior, na motocicleta placa n.º 284 — P. de propriedade do apredizado. — Como requer.

II — Entrega de carteiras de identidade:

— Entrega-se ao sr. Enc. da S. T., 36 carteiras de identidade, remetidas pelo sr. Director do Instituto de Identificação e Medico Legal, pertencentes a diversos motoristas do interior do Estado.

III — Multas pagas:

— Plos srs. Arthur Lima, Enes de Sousa Carvalho e Nilson A. do Nascimento, foram pagas, respectivamente, as multas de 100\$000, 40\$000 e 10\$000 por infrações dos artigos 332, 236 e 325, letra L, do R. T.

(AS) Tenente João de Sousa e Silva, inspector geral.

Confere com o original: F. Ferreira te Oliveira sub-inspector.

LOCAO ORGANDY DE BAZIN

Distingue um elegante entre muitos elegantes, lisonjearia sua finura e seu bom gosto.

A' VENDA EM TODO O BRASIL

VINHOS E CHAMPAGNES



SALTON
Únicos depositários neste Estado
J. HONORATO & CIA.
MERCEARIA MODELO

V. S. SOFFRE DO ESTOMAGO? Tem Dyspepsia, Azia, Gastralgia, Vomitos, Prisão de Ventre, Diarréa, Enxaqueca, Indigestões, Fastio, etc.

USE AS PRODIGIOSAS

GOTTAS VEGETAES

Do Farmacêutico LEONEL FREIRE
O MELHOR REMÉDIO E O MAIS BARATO. AO ALCANCE
DE TODAS AS ALGibeiras.

PHARMACIA LONDRES — Rua Maciel Pinheiro, 128

PHARMACIA TRIUMPHO — Rua Barão do Triumpho, 462

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

DECRETO N.º 1, de 24 de dezembro de 1937

(Continuação)

TABELLA G

1 — As licenças para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais fora do horário regulamentar, serão cobradas da seguinte maneira:

- 1.ª classe
- 2.ª classe
- 3.ª classe

TABELLA H

Os vendedores de bebidas alcoólicas pagaráo as licenças constantes da legislação em vigor.

TABELLA I

- 1 — Artigos carnavalescos para venda na época propria, inclusive domingos e feriados, nos estabelecimentos comerciais
- 2 — Botecos, confetarias, sorveterias, leiterias, cafés, casas de pasto, charlarias, para funcionamento depois do horário regulamentar
- 3 — Cabarets, casinos e estabelecimentos analógicos, imposto anual — 1.ª ordem
- 4 — Idem, idem, idem, sendo de 2.ª ordem
- 5 — Idem, idem, idem, sendo de 3.ª ordem
- 6 — Cocheiros e estabulos em lugares permitidos pela Prefeitura no perímetro urbano por animal leiteiro (cada animal)
- 7 — Idem, por muiar e cavalar (cada um)
- 8 — Planta de capim no perímetro urbano
- 9 — Fogos de artifício, para venda nos estabelecimentos comerciais, por anno
- 10 — Fabricantes de fogos de artifício, por anno
- 11 — Leléjicos em geral: — sobre o rendimento, além da licença constante deste orçamento, pagaráo mais 20%
- 12 — Queimadas de fogos de artifícios, licença especial, com prévia autorização da Prefeitura, por dia

TÍTULO TERCEIRO

Do Imposto Predial

Art. 16. — O Imposto Predial será cobrado anualmente de todos os proprietários de predios situados no perímetro da cidade, nas sédes dos distritos e nas povoações.

Art. 17. — O Imposto Predial constitui onus real, passando com o predio ac domínio do sucessor.

Art. 18. — O imposto é proporcional ao valor locativo do imóvel, qualquer que seja a sua denominação, natureza, forma, uso ou destino.

Art. 19. — Far-se-á pela seguinte forma a taxação do imposto:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor locativo dos predios alugados e dos em que funcionem estabelecimentos comerciais ou industriais;

b) 2 e 1/2% (dois e meio por cento) sobre o valor locativo dos predios que servem exclusivamente para residência dos respectivos proprietários;

c) 2 e 1/2% (dois e meio por cento) sobre o valor locativo dos predios vendidos a prestações sob a cláusula de reserva de compra, quando pago o imposto pelo inquilino adquirente.

Art. 20. — Os predios de aluguel, o valor locativo será

VIDA JUDICIÁRIA

TRIBUNAL DE APPELAÇÃO

Despachos da Presidência

Petição de João Pereira da Silva, preso indigente recolhido à Cadeia Pública e processado na comarca de Campina Grande, requerendo uma ordem de habeas-corpus em seu favor — Requeira ao Juiz competente.

COMUNICAÇÕES SOBRE RESULTADO DE JURI

Os drs. Juízes de Direito das comarcas de Misericórdia, Alagoa Grande, Cajazeiras, Souza, Guarabira, Pombal, Mamanguape, Areia e Alagoa do Monteiro comunicaram por ofício, á presidência do Tribunal de Apelação o resultado dos trabalhos da quarta e última sessão ordinária do juri, no corrente anno, nas comarcas sob sua jurisdição.

Identica comunicação fizeram os drs. Juízes Municipais dos termos de Brejo da Cruz, Pilar, Caicara e Sledade.

BOLSAS tipo Kodak e outros modelos, receberá um formidável sorteio na CASA VESUVIO, à rua Major Pinheiro, 170.

A IMPRATICABILIDADE DAS SANÇÕES ECONÔMICAS DECRETADAS PELA SOCIEDADE DAS NAÇÕES

BERNA, 28 (A. B.) — Respondeu a uma interpelação no Conselho Nacional, declarou o presidente da Federação suíça, sr. Moataz, que o sistema de sanções económicas decretadas pela Sociedade das Nações seria no futuro, pra tecnicamente impensível de ser realizado. Tal como estava constituída, a Liga não podia pensar em sanções económicas contra ninguém. Sem desistir de se pôr necessidade de segurança colectiva, a Liga estava obrigada a se orientar de outro modo. Se deixasse recuperar sua universalidade, devia mostrar o valor de prevenir de meios de violência. Também estava a Liga exposta a se converter em uma coalizão dirigida contra outra coalizão. Quanto à Suíça, este continhará desempenhando o seu modesto papel, embora não sem importância, dentro da Sociedade das Nações.

CASA FUNERARIA

"SÃO VICENTE DE PAULO"

A MAIS ANTIGA DA CAPITAL

Praça Pedro Americano, n.º 75 — Telephone, n.º 201
É GRATIS O SERVIÇO DE CARRO FUNEBRE, CASTIÇAIS E CÂMARA ARDENTE PARA TODO E QUALQUER ENTERRO.

Perfeita organização no gênero funerário, no que ha de mais moderno. Material completamente novo. ATAÚDES desde os mais modestos aos mais luxuosos; caixões a damasco e a veludo, envernizados e esculturados, forrados a seda, tudo no mais fino acabamento. Acaba de receber directamente da América do Norte — URNAS mortuárias de ALTO-LUXO e tipos especiais para EMBALSA-
MENTOS.

Dispõe de uma CÂMARA ARDENTE com capela em alpaca prateada — peça de alto valor e única no Norte do país, — para ser armada gratuitamente nos enterros de primeira classe. Carros funebres os mais modernos e de inteira confiança, para todas as classes, destacando-se o carro especial para enterro de ALTO LUXO. Lindas COROAS em metal "biscuit" e todos os demais artigos atinentes ao ramo.

Desempenha-se com presteza de enterros de qualquer classe, dentro e fóra da capital, a preços excepcionais.
NÃO FAÇAM SUAS ENCOMENDAS ANTES DE CONSULTAR OS PREÇOS DESTA CASA.
Enterros para adultos desde 20\$000 e para crianças desde 5\$000.
ABERTA DIARIAMENTE

ATTENDE A QUALQUER HORA

DR. JOSÉ MAGALHÃES

MÉDICO ESPECIALISTA

FAZ QUALQUER TRATAMENTO E OPERAÇÕES DAS DOENÇAS DOS OLHOS, OUVIDOS, NARIZ E GARROTA

Consultório: — Rua Duque de Caxias, 534. De 8 às 5 horas.

Residência: — Rua Visconde de Polotar, 65.

JOÃO PESQUA

Art. 37. — São isentos do imposto territorial:

a) os terrenos ou lotes pertencentes ao governo da União ou do Estado;

b) os ocupados por Hospitais, Asilos, Colégios ou escolas gratuitas, mandados por Associações ou instituições de caridade cujos benefícios não se restrinjam aos seus associados.

Art. 38. — Os terrenos serão encritados em nome dos seus proprietários, e a falta de lançamento não isenta o contribuinte do imposto e das multas em que tiverem incorridos.

Art. 39. — O lançamento do imposto se processará a vista das declarações apresentadas pelos respectivos proprietários dentro do prazo de 60 dias, a contar da publicação desta lei.

3.º único. — Na falta de declaração do proprietário ou quando esta não for aceita, o lançamento será feito ex-officio, de acordo com as informações e elementos comparativos colhidos nos registros públicos e na secção de cadastros.

Art. 40. — O lançamento o deverá conter, além de quaisquer outros elementos esclarecedores:

a) nome do proprietário e situação do imóvel com especificação da zona em que estiver situado;

b) a extensão em metros lineares das divisões de terreno na par e em que confina com as vias públicas, assim como a superfície total em metros quadrados;

c) valor venal global do terreno e valor das benfeitorias nesse extenso.

Art. 41. — Na falta de documentos legais ou probatórios de valor do imóvel, proceder-se-á ao arbitramento.

3.º único. — Caberá também o arbitramento quando o proprietário não apresentar a sua declaração no prazo legal, e quando o valor dado ao terreno for manifestamente baixo.

Art. 42. — A cobrança do imposto territorial será feita até o último dia do mês de novembro. Depois dessa época ficará sujeita à multa.

Art. 43. — O imposto sobre terrenos aforados será pago pelo Senhor do domínio util.

TABELLA A

Terrenos sem construções

1 — Os terrenos sem construções, inclusive aqueles em que houver obras paralizadas há mais de seis (6) meses, ou edificações em ruínas, pagáro 1/2% sobre o valor venal.

2 — Não sendo murados, pagáro um adicional de 20%.

TABELLA B

Terrenos construídos

1 — Nos terrenos construídos, o imposto recarhá sobre as áreas que excederem de 6 metros-de cada lado, desde que compor em uma ou mais construções.

2 — A isenção do imposto só beneficia as áreas separadas da via pública por balaustradas ou gradil.

3 — Os murados nos terrenos construídos pagarão por metro linear de frente na zona urbana

4 — Idem, idem nas zonas suburbanas

5 — Os terrenos nos construídos, quando cercados ou em aberto, pagáro por metro linear de frente:

Na zona urbana

Na zona suburbana

6 — Na zona central, todo o muro que der para a via pública qualquer que seja o estado ou situação do terreno, pagáro por metro linear de frente

7 — Nos terrenos de esquina, quando construídos e imposto recarhá sobre a área que excede de 40 metros de fundo quando compor em uma ou mais construções. (vide n.º 6).

(Continua)

TÍTULO QUARTO

Do Imposto territorial urbano

Art. 34. — O Imposto Territorial Urbano incide sobre todos os terrenos baldios da cidade e sobre o excesso de área dos terrenos construídos.

Art. 35. — O Imposto Territorial grava o Imóvel sobre o que resulte, para o efeito de ser exigível do adquirente ou sucessor.

Art. 36. — O Imposto Territorial será constituído por uma taxa proporcional e por uma contribuição por metro linear de frente para a via pública e a sua cobrança far-se-á de acordo com as tabelas anexas ao presente título.

ULTIMA HORA

(DO PAÍS E ESTRANGEIRO)

Será intensificada a compra de ouro de produção nacional — Decreto do orçamento da República para 1938 — A reorganização da Polícia Civil e da Justiça do Distrito Federal — Apresentada denúncia contra o ex-governador Flóres da Cunha e ex-senador Francisco Flóres da Cunha como mandantes do assassinato do jornalista Waldemar Rippoli — Não há nenhuma quebra de cordialidade entre as chancelarias de Montevideó e Buenos Ayres

DISTRITO FEDERAL

SERA' INTENSIFICADA A COMPRA DO OURO NACIONAL

RIO, 29 (A. B.) — Anuncia-se a intensificação da compra do ouro de produção nacional. Nesse sentido, o ministro Souza Costa, depois de examinar cuidadosamente o assunto, liberando o Tesouro Nacional das dificuldades que embarravam o desenvolvimento das aquisições daquele metal, resolveu que as compras sejam feitas, desde já, com as rendas provenientes do imposto de 3%, criado por recente lei sobre as operações de cambio.

Calcula-se que esse imposto produzirá anualmente de 120 a 140 mil contos de réis.

A PROPOSITO DOS BOLETINS SUBVERSIVOS ESPALHADOS POR ELEMENTOS DA EXTINTA "ACCACAO INTEGRALISTA"

RIO, 29 (A. B.) — O "Diário Carioca", estudando as declarações do sr. Remílio Barreto de Almeida, a propósito da tentativa de deflagração de revolta integralista, diz que o sr. Barbosa Lima, ex-chefe provincial do Sigma e actualmente elemento desta, da "Associação Brasileira de Cultura", está seriamente comprometido, pois acusado com agitadores consentiu no aproveitamento

CUNHA & DI LASIO — Materiais sanitários, eléctricos, ferragens, azuléjos e vidros, aos melhores preços, à rua Barão do Triunfo, nº 271.

SAIBAM TODOS

A primeira semana de Novembro findo foi consagrada na Inglaterra, à luta contra os ratos. É a vigésima primeira "National Rat week", oficialmente instituída pelo Ministério da Agricultura. Por essa ocasião o "Observer" de Londres, estimou em cerca de 2 milhões de libras por anno o custo da guerra que a nação Inglesa move aos roedores; e citou uma brochura publicada pelo British Museum na qual o autor, o sr. Hinton, declara que se pôde calcular em 41 milhões de libras estrelinas os prejuízos causados pelos ratos na Inglaterra. Os prejuízos mais graves provêm do "rato alexandrino" ("Mus alexandrinus"), que invadiu as ilhas britânicas há uns 30 annos e que constitui 90% da população rateira de Londres.

— Está concluída a publicação da "Encyclopædia Italiana". O último volume, que é o 35º, acaba de sair do prelo e foi entregue ao Duque, ao palácio de Veneza, no curso de uma brillante manifestação. Um a um, os senadores Treccani que por primeiro, em 1925, meteram homens à ideia da Encyclopædia, o senador Gentile que dirigiu a execução, e o ex-ministro Fedele, presidente da assembleia geral da empresa, tomaram a palavra para celebrar a realização da obra, que faz honra à ciência e às artes gráficas da nova Itália. O senador Gentile anunciou o início de uma nova obra: "Dicionário biográfico dos italiani", que compreenderá 240.000 nomes, desde a antiga Roma, abrangendo a época da sua fundação. Falando por último, o sr. Mussolini louvou com entusiasmo a Encyclopædia, "digna de constituir — disse ele — uma das maiores realizações do regimen".

— Certo grande editor inglês teve a idéia de publicar a Bíblia como um belo romance e de atrair o leitor pela seleção dos tipos e do papel e por uma encadernação artística e agravel à vista. Allás, o volume, de 1274 páginas, intitula-se: "The Bible designed to be read as literature". O exílio foi imediato: 25.000 exemplares, isto é, toda a primeira edição, foram vendidos em poucos dias. A crítica louvou unanimemente o empreendimento e numerosos leitores declararam ter lido a Bíblia com verdadeiro prazer físico e que as belas explorações do primeiro dos livros santos, do livro dos livros, surgiu em com um novo brilho, graças à sua apresentação gráfica impecável.

to do seu escriptorio para divulgação de boletins auxiliando, ainda, o extremista Fernando Lyra a escapar à ação da Polícia.

Attribui-se grande significação ao depoimento do sr. Fernando Lyra, cujas declarações revelam detalhes e indícios seguros para novas e importantes diligências.

O ORÇAMENTO DA REPÚBLICA PARA 1938

RIO, 29 (A. B.) — O presidente Getúlio Vargas assinou um decreto, estabelecendo o orçamento geral da República para 1938.

A receita é prevista em 3.823.673.000\$000, sendo fixada

despesa em 3.875.228.000\$000.

SERA' REFORMADA A POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RIO, 29 (A. B.) — Encontra-se em poder do presidente Getúlio Vargas um projeto de reforma da Polícia Civil do Distrito Federal que, ainda este mês, passará a denominar-se Departamento Nacional de Segurança Pública.

A REORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO DISTRITO FEDERAL

RIO, 29 (A. B.) — Já está pronto o decreto que dispõe sobre a reorganização da justiça no Distrito Federal.

Sabe-se que, pelo mesmo, serão aproveitados nos cargos superiores, quase todos os funcionários do extinto Tribunal Regional de Justiça Eleitoral.

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL, 29 (A. B.) — O matutino "A Republica" referindo-se ao movimento cooperativista deste Estado, diz que é desejo do Interventor Raphael Fernandes fundarem-se em todos os municípios, institutos de crédito destinados a operações daquela natureza.

Embora sejam os mesmos de iniciativa particular, acrescenta o jornal, contaria com todo o apoio do povo.

Nesse sentido, o Estado já depositou na cooperativa a título de auxílio, a quantia de 155.000\$000.

NATAL, 29 (A. B.) — Já foi publicado o novo decreto que adapta a organização judiciária do Estado aos princípios da Constituição de 10 de novembro.

O mesmo decreto, além de regular a nomeação dos desembargadores, juizes e promotores dispõe, ainda, sobre a distribuição dos cartórios desta capital.

Também foi decretada a regulamentação de aposentadoria e reforma dos funcionários estaduais.

Roupinhas para crianças

Nova e variado sortimento a preços sem concorrência, na CASA VESUTO, rua Maciel Pinheiro, 160.

ORIENTAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS

De acordo com o decreto nº 863, de 7 de Dezembro corrente, cuja completa execução é exigência capital do Governo, vários prefeitos já providenciaram a escolha e instalação de campos municipais de demonstração.

À época do próximo ano, obrigatoriamente esses campos deverão estar funcionando, sob a orientação técnica da Diretoria de Produção.

O Governo, mais uma vez, avisa aos srs. Prefeitos que esse plano de incentivo à agricultura é um dos pontos básicos das novas diretrizes da administração nos municípios, o qual, por isso mesmo, terá que ser posto em prática, dentro de 30 dias.

Os srs. Prefeitos, nesse sentido, deverão manter constante entendimento com o sr. Director da Produção ou Inspetores Agrícolas.

A CIDADE UNIVERSITARIA

Sua significação na formação do espírito nacional contra o comunismo

(Comunicado do Serviço de Divulgação da Chéfia de Polícia do Distrito Federal)

sitaria" não acorrem os alunos apressados em busca de uma aula, mas só os estudiosos, para viverem longas horas do dia, numa atmosfera propícia às múltiplas organizações do ensino universitário.

Imprescindível é, ainda, salientar as características sociais dessa importante resolução do sr. Getúlio Vargas: os estúdios, clubes, bibliotecas, teatros, auditório, cinemas, dentro dos muros universitários, proporcionarão aos estudantes brasileiros, — o "alimento espiritual" que contribuirá fomente, para a formação do brasílico de amanhã. A imagem da Patria, na sua unidade necessária e absoluta, estará, assim, presente, em todos os momentos da actividade universitária, na "cidade" que será edificada para os moços brasileiros.

A Universidade do Brasil, transforma-se desta forma, em verdadeira fortaleza dos universitários, em base de defesa contra a infiltração comunista, e elles serão, quando amanhã se dispersarem, após a terminação dos cursos, onde quer que se encontrem, os leaders da nacionalidade brasileira.

O Presidente Vargas, sempre demonstrou a preocupação de prestar a inteligência, de oferecer aos que honraram a Nação, pelo trabalho intelectual, oportunidades de desenvolvimento, e campo mais vasto de estudos e pesquisas. A idéia da Universidade do Brasil portanto, não é de hoje. Os planos da "Cidade Universitária", — cuja construção será iniciada dentro de poucos meses, na Capital da República, com a nova Faculdade de Direito e o Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina, já constituem assunto de discussões universitárias de há muitos meses.

A lei que organiza a Universidade do Brasil, decretada pelo sr. Getúlio Vargas, consagra, o seu capítulo primeiro às finalidades máximas dessa instituição, ou seja: o desenvolvimento da cultura philosophica, científica, literária e artística, formação de quadros onde se recrutam elementos destinados ao magistério, bem como ás altas funções da vida pública do País, e preparo de profissionais para o exercício de actividades que demandem estudos superiores.

Assim, pois, a Universidade do Brasil, atinge, pela primeira vez, a universalidade do conhecimento, criando institutos de pesquisas brasileiras, para fazer ciencia "nossa", isto é, para levar á ciencia universal a contribuição da inteligência dos nossos homens. Seiá, também, portanto, o maravilhoso instrumento de estudo do nosso meio, revelando o Brasil ao Brasil.

Ella dará um endereço nacional à cultura, oferecendo ao espírito universitário, em sua nova organização, uma atmosfera perfeita e harmoniosa.

Contribuirá poderosamente nesse sentido, a existência de uma "Cidade Universitária", reunindo, espiritualmente, professores e alunos nas condições que hoje o progresso moderno exige. Por que, á "Cidade Universitária" de soltar abster-se de solicitar ou encaminhar pedidos de colocações nas repartições do Estado, aguardando, para isso, as vagas que ocorrerem após o reajustamento nos quadros do funcionamento, que ora se promove.

"LUNETTA" DE GRANDE ALCANCE

A venda — Santo Elias, 180

Japão

TOKIO, 29 (A. B.) — S. Majestade, o imperador Hiro-Hito, resolveu condecorar, com as insígnias honoríficas da Ordem de 1.ª Classe do Tesouro Sagrado, o almirante italiano Domenico Cavagnari, reconhecendo os relevantes serviços prestados por aquele oficial da marinha italiana em favor da amizade italo-nipônica.

A Guerra entre o Japão e a China

PROSEGUE VICTORIOSO O AVANÇO JAPONÊS EM TODO O NORTE DA CHINA — JA' SE ACHAM SOB O CRONTOLE NIPPONICO AS CINCO PROVINCIAS DO NORTE, SHANG-TUNG, SHAN-SI, TIEN-TSIN, HOPEI E NANKIN

FILM CINEMATOGRAPHICO DO AFUNDAMENTO DA "PANAY"

O correspondente do "Exchange Telegraph", em Peiping, informa que os japoneses ocuparam, às 11 horas e 30 minutos de hoje, as portas norte e leste de Tsing-Fu, capital da província de Shantung.

A SOCIEDADE DOS CHINÉSES DA INGLATERRA TELEGRAPHOU AO GOVERNO DE PEKIN

LONDRES, 29 (A. B.) — A União das Sociedades Chinéscas da Inglaterra enviou o seguinte telegramma ao governo de Pekin:

"Nesta hora critica, quando o país está unido contra os agressores japoneses, que massacram nossos irmãos e ocupam nosso território, os chinéscos residentes na Inglaterra condenam severamente a vossa traição.

Trata-se de um peccado imperdoável contra a consciência e a honra nacional.

A vossa atitude cobrir-vosá de vergonha irredimível, si não vos arrependeres imediatamente e si não resolvedes a enfrentar o inimigo comun."

Registre sua firma, garantindo seu negócio. A Lei 187 lhe assegura todos os seus direitos.

Escretório da Procuradoria M. NEEVA, Rua Maciel Pinheiro, 160.

SHANGHAI, 29 (A. B.) — Um porta-voz nipônico anunciou que Tsing-tan foi formalmente ocupada pelas tropas do Mikado.

ORGÃO OFICIAL DO ESTADO

JOÃO PESSOA — Quinta-feira, 30 de dezembro de 1937

PARTE OFICIAL

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

DECRETO N.º 912, de 29 de dezembro de 1937

Institui o Departamento de Assistência e Proteção aos Menores e organiza, no Estado, os serviços de assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes.

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, Interventor Federal no Estado da Paraíba,

DECRETA:

CAPÍTULO I**DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AOS MENORES, SUA ORGANIZAÇÃO E SEUS FINS**

Art. 1.º — Fica instituído, com sede nesta Capital, o Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, destinado a dirigir, orientar e fiscalizar os serviços de assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes, na conformidade das prescrições do Código de Menores.

Art. 2.º — As funções do Departamento são administrativas, e se exercem tanto na Capital como no interior do Estado, respeitadas as atribuições que competem aos juízes encarregados da assistência e proteção aos menores na fórmula do Código de Menores e da Organização Judiciária do Estado.

Art. 3.º — Ao Departamento compete:

1) — Dirigir e organizar científicamente os serviços de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente, em seu aspecto social, médico e pedagógico;

2) — orientar os serviços administrativo, médico e pedagógico dos estabelecimentos de amparo e reeducação da infância;

3) — fiscalizar os estabelecimentos e instituições particulares, subvençionadas ou não, para menores sujeitos à vigilância do poder público, comunicando ao juiz competente as irregularidades e abusos verificados e providenciando desde logo quanto aos casos de sua alçada;

4) — superintender administrativamente os estabelecimentos oficiais de preservação, reeducação e reforma;

5) — superintender o serviço médico relativo a menores;

6) — promover junto às autoridades competentes os meios de defesa, proteção e assistência à infância desvalida;

7) — distribuir os meios estabelecimentos existentes no Estado, públicos e particulares, os menores abandonados e delinquentes encaminhados pela autoridade judiciária competente, observando e fazendo observar a que por esta for determinado na guia, portaria ou mandado de internamento;

8) — manter organizado um serviço perfeito de informações sobre menores, como também o de liberdade vigiada e de colocação;

9) — promover e realizar cursos de serviços sociais;

10) — apreender menores abandonados e delinquentes e encaminhá-los à autoridade judiciária competente para o devido processo;

11) — promover o internamento de menores abandonados e delinquentes em estabelecimentos de preservação e reforma;

12) — investigar as causas de abandono, perversão e delinquência de menores, para os fins previstos pelo Código de Menores;

13) — promover a colocação familiar de menores abandonados ou em perigo de o ser;

14) — pleitear junto à autoridade judiciária competente a decretação da suspensão ou perda de patrício poder ou destituição da tutela, em relação aos pais ou tutores que sejam passíveis da aplicação dessas medidas, nos termos do Código de Menores;

15) — fiscalizar o trabalho de menores nas fábricas, oficinas, estabelecimentos comerciais e outros centros de ocupação, velando pela efectiva observância das leis protetoras da infância;

16) — orientar os poderes públicos nos assuntos de proteção e assistência à infância;

17) — harmonizar a ação de assistência à infância do Estado, articulando-a com a das particulares;

18) — receber e aplicar doações destinadas ao serviço de assistência e proteção à infância;

19) — distribuir com os estabelecimentos particulares de assistência a menores os auxílios e subvenções concedidas pelo poder público;

20) — promover a fundação de estabelecimentos de preservação, reeducação, quando necessário, ao auxílio das particulares;

21) — instalar e organizar lactários e cozinhas dietéticas;

22) — prestar o seu concurso às autoridades judiciárias competentes nos processos de abandono e crimes relativos a menores.

Art. 4.º — O Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, administrativamente subordinado à Secretaria do Interior e Segurança Pública, e, judicialmente, ao Juiz de Menores da comarca da capital, compreenderá os seguintes órgãos:

a) Conselho de Assistência e Proteção dos Menores;

b) O Comissariado de Menores;

c) Estabelecimentos oficiais e particulares de preservação e reforma para menores abandonados e delinquentes de ambos os sexos.

Art. 5.º — O Departamento terá o seguinte pessoal:

a) — 1 director;

b) — 1 assistente social;

c) — 1 escrivário;

d) — 1 escrevente-dactylographo;

e) — 1 portero;

f) — 1 continuo-servente.

Art. 6.º — Os cargos anteriormente designados são efetivos, excepto o do director, que será exercido em comissão, competindo ao Interventor do Estado a nomeação dos respectivos titulares, com direito aos vencimentos fixados em lei.

Art. 7.º — O escrivário deverá ser do quadro geral dos escrivários do Estado e perceberá os vencimentos que lhe competirem, de acordo com a sua graduação.

Art. 8.º — O cargo de assistente social, que terá as mesmas garantias dos representantes do Ministério Público, será exercido por pessoa versada em assuntos de assistência social, de preferência bacharel em direito.

CAPÍTULO II**DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AOS MENORES**

Art. 9.º — O Conselho de Assistência e Proteção aos Menores é o órgão auxiliar e consultivo do Departamento.

Art. 10.º — Compete ao Conselho:

1) — colaborar com a diretoria do Departamento nos serviços de assistência e proteção à infância desvalida;

2) — auxiliar a ação das autoridades judiciárias e dos

comissários de menores no que concerne à defesa, proteção e assistência aos menores abandonados e delinquentes;

3) — vigiar, proteger e colocar os menores expressos de qualquer escola de preservação ou reforma, os que estejam em liberdade vigiada e os que forem designados pela autoridade judiciária;

4) — visitar e fiscalizar os estabelecimentos de educação de menores, fábricas e oficinas onde trabalhem, comunicando ao director do Departamento e à autoridade judiciária competentes os abusos e irregularidades que constam;

5) — fazer propaganda na Capital e no interior do Estado, com o fim de, não só prevenir os males sociais e tendentes a produzir o abandono, a perversão e o crime entre os menores cuja compromete sua saúde e vida, mas também de indicar os meios que neutralizem os efeitos desses males;

6) — exercer a sua ação sobre os menores na via pública, concorrendo para a sua observância dos preceitos do Código de Menores;

7) — promover a fundação de estabelecimentos de preservação, educação e reforma para menores abandonados, anormais, enfermos, perversos e delinquentes;

8) — obter a admissão de menores abandonados nos institutos particulares;

9) — organizar, fomentar e coadjuvar a constituição de patronatos de menores, na Capital e no interior do Estado;

10) — promover por todos os meios ao seu alcance a completa prestação de assistência aos menores sem recursos, enfermos e debilitados;

11) — opinar sobre todos os assuntos relacionados com a infância e a adolescência, quando a isso solicitado pelo Departamento de Assistência e Proteção aos Menores.

Art. 11.º — Do Conselho farão parte os seguintes membros: directores de Departamentos de Proteção e Assistência aos Menores, do Abrigo de Menores Abandonados, do Departamento de Educação, do Departamento de Saúde Pública, do Orfanotório D. Ulrico, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, da Maternidade, do Preventório Eunice Weaver, podendo ainda ser nomeadas outras pessoas, se o Governo entender necessário.

Art. 12.º — Os membros do Conselho, cujas funções são criaturas, mas conscientes da benemerência pública, serão designados pelo Interventor do Estado.

Art. 13.º — O Conselho funcionará na sede do Departamento e se reunirá pelo menos uma vez por mês e sempre que houver matéria para deliberar, cabendo presidir-lhe ao director daquele Departamento e, na falta deste, ao assistente social.

Art. 14.º — Poderá o Conselho delegar a pessoas de sua confiança poderes para desempenho de suas funções, transitória ou permanentemente, tendo esses representantes a denominação de delegados de assistência e proteção à infância.

Art. 15.º — Compete ao Conselho organizar e aprovar seu regimento interno, observadas as normas da presente lei e do regulamento que for baixado pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO III**DO COMISSARIADO DE MENORES**

Art. 16.º — Fica instituído nesta Capital o Comissariado de Menores, que funcionará como órgão de syndicância e vigilância, sob a orientação da autoridade judiciária competente e do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, cada qual na esfera de suas atribuições.

Art. 17.º — Ao Comissário compete:

1) — exercer vigilância sobre os menores em geral, vigilando pelo cumprimento e execução das leis de assistência e proteção dos menores;

2) — proceder às investigações relativas aos menores, seus pais, tutores ou encarregados de sua guarda, com o fim de esclarecer a ação da justiça social;

3) — apreender e deter os menores abandonados ou delinquentes, jondo os à disposição do juiz competente;

4) — manter o serviço de fiscalização dos menores sujeitos à liberdade vigiada ou entregues mediante termo de guarda e responsabilidade ou ainda dados à soldada;

5) — exercer a vigilância nas ruas e praças, cinemas, cafés, bilhares, teatros, bares ou quaisquer outros divertimentos públicos e que ferem seus agentes livre ingresso;

6) — cumprir as ordens e instruções da autoridade judiciária competente e do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores.

Art. 18.º — Os comissários de menores serão em número de quatro, servindo dois perante o juiz de menores e dois perante o Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, competindo ao Juiz e ao Departamento as respectivas nomeações.

Parágrafo 1.º — Os comissários perceberão os vencimentos estipulados na tabella annexa e serão demissíveis ad nutum.

Parágrafo 2.º — Dois dos comissários serão do sexo feminino, tendo a seu cargo o serviço de vigilância e syndicância relativa aos menores.

Art. 19.º — Poderão ser admitidos na qualidade de comissários de menores, tanto na Capital, como no interior do Estado, pessoas reconvidamente idóneas que exerçam o cargo gratuitamente e mereçam a confiança do juiz.

Art. 20.º — O director do Departamento poderá admitir assistentes sociais gratuitos, para o serviço de vigilância e proteção dos menores, escolhidos dentre pessoas concordadas na sociedade que se disponham a colaborar na obra de assistência à infância.

Art. 21.º — A Policia Civil prestará todo seu concurso e apoio à ação da justiça de menores, tanto na Capital como no interior do Estado, cumprindo os seus agentes auxiliar os comissários de menores nos serviços a estes atribuídos.

CAPÍTULO IV**DOS ESTABELECIMENTOS DE PRESERVAÇÃO E REFORMA**

Art. 22.º — Haverá no Estado, sob a fiscalização da autoridade judiciária competente e direção geral do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, tantos estabelecimentos de preservação e reforma quantos necessários a defesa, proteção e amparo da infância abandonada e delinquente.

Parágrafo 1.º — Esses estabelecimentos têm por fim a educação intelectual, moral, profissional e física dos menores sujeitos à tutela do Estado.

Parágrafo 2.º — Os estabelecimentos de preservação são destinados:

a) — aos menores abandonados de ambos os性os, de 0 a 10 anos de idade;

b) — aos menores abandonados de 10 a 18 anos e delinquentes e pervertidos até 14 anos;

c) — aos menores anormais, debil e enfermos;

d) — aos menores abandonados de 10 a 18 anos e delinquentes e pervertidos até 14 anos;

e) — ás menores anormais, debil e enfermas.

Parágrafo 3.º — Os estabelecimentos de reforma são destinados:

a) — aos menores delinquentes e pervertidos de 14 a 18 anos;

b) — ás menores delinquentes, pervertidas e victimas de atentados ao pudor, de mais de 14 anos de idade.

Art. 23.º — O Centro Agrícola Presidente João Pessoa, localizado em Pindobal, município de Mamanguape, passa a denominar-se Escola Prelimunitória Presidente João Pessoa.

Art. 24.º — Denominar-se Abrigo de Menores Abandonados o estabelecimento mandado construir pelo Governo, nessa Capital, para recolhimento de menores abandonados de ambos os sexos, de 0 a 10 anos de idade.

CAPÍTULO V**DA ESCOLA PREMUNITÓRIA PRESIDENTE JOÃO PESSOA**

Art. 25.º — A Escola Prelimunitória Presidente João Pessoa é exclusivamente destinada aos menores abandonados de 16 a 18 anos de idade e delinquentes e pervertidos até 14 anos procedentes da Capital e do interior do Estado.

Art. 26.º — A administração da Escola ficará a cargo de:

a) — 1 director;

b) — 1 escrivário;

c) — 1 escrevente-dactylographo;

d) — 1 médico;

e) — 2 a 4 professores, de acordo com as necessidades pedagógicas e efectivo da matrícula;

f) — 1 farmacêutico;

g) — 1 enfermeiro;

h) — dentista;

i) — agrônomo;

j) — almoxarife;

k) — inspector geral de alunos;

l) — mestre geral de oficinas;

m) — mestre geral de culturas.

Art. 27.º — Os funcionários enumerados no artigo anterior serão nomeados em comissão pelo Interventor do Estado e perceberão os vencimentos e gratificações em lei.

Art. 28.º — O médico, os professores, o agrônomo, o escrivário e o escrevente-dactylographo serão escolhidos dentre pessoas que exerçam funções públicas e perceberão, além dos vencimentos de respectivos cargos, raias as gratificações constantes da referida tabela, a julgo do Interventor.

Art. 29.º — O cargo de director só poderá ser ocupado por bacharel em direito, médico ou professor especializado.

Art. 30.º — Além do pessoal do quadro (art. 26), a Escola terá o seguinte pessoal diariário:

a) — sub-inspectores de alunos e guardas, de acordo com as necessidades das disciplinas e efectivo da matrícula;

b) — 1 portero;

c) — 1 corticador;

d) — 1 roquinho;

e) — 2 chauffeurs-electricistas;

f) — mestres de oficinas de ensino profissional e conforme as oficinas existentes ou que forem criadas;

g) — chefes de turmas rurais, tantos quantos forem necessários;

h) — 1 cosinheiro;

i) — 1 ajudante de cosinheiro;

j) — 1 encarregado da copa;

k) — 1 chaceiro;

l) — 2 serventes;

m) — 1 cocheiro;

n) — 1 lavadeira;

o) — 2 passadeiras;

p) — outros empregados e trabalhadores, tantos quantos forem necessários.

Art. 31.º — O pessoal de que trata o artigo precedente será contratado pelo director do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, mediante proposta do director da Escola e de acordo com as necessidades dos serviços, estipulando-se nos respectivos contratos as vantagens e obrigações de cada um dos contratados.

Art. 32.º — Os menores internados na Escola serão divididos em quatro companhias: menores (10 a 12 anos); intermediários (12 a 14 anos); médios (14 a 16 anos); maiores (16 a 18 anos).

Parágrafo único. — A cada companhia corresponderão dois inspectores e dois guardas, que se revezarão no serviço diurno e nocturno.

Art. 33.º — Serão ministrados aos internados o ensino escolar profissional e agrícola, observado o critério vocacional, e a educação física religiosa, moral e cívica.

Art. 34.º — O ensino escolar, que corresponde ao ministrado nos grupos escolares, será traçado em programas organizados pela diretoria da Escola e aprovados pelo Departamento de Educação.

Art. 35.º — O ensino profissional consistirá no aprendizado dos seguintes ofícios, além de outros que venham a ser adoptados:

a) — sapataria;

b) — marcenaria;

c) — carpintaria;

d) — fumaria;

e) — entalhe;

f) — electricidade prática;

g) — pedreiro;

h) — alfaiataria;

i) — pintura;

j) — mecânica;

k) — ferro.

Art. 36.º — O ensino agrícola, que deverá formar auxiliares técnicos da lavatura, capatazes e feitores, abrange:

a) — horticultura e jardinagem;

b) — agricultura em geral;

c) — pomicultura;

d) — avicultura;

e) — sericultura;

f) — leiticionio;

g) — zootecnologia rudimentar;

h) — veterinaria rudimentar.

Art. 37.º — A educação física será ministrada por técnico ou professor especializado e compreenderá a higiene, a ginástica, jogos desportivos e educacionais, e exercícios militares.

Art. 38.º — A educação moral e cívica será ministrada por consigo mesmo, semelhantes à família, a sociedade e a Pátria, como os exercícios práticos nesse sentido por meio do melhor processo educacional.

Art. 39.º — O regime de prémios e punições, aplicáveis aos internados, será organizado pela diretoria da Es-

ONDE ESTA' O DINHEIRO? TODOS SABEM QUE E' NAS LATINHAS DA MANTEIGA MANTIQUEIRA. — FORMIDAVEL DISTRIBUIÇÃO DE CHEQUES DESDE 10\$ A 2.000\$000 !

cola e aprovado pelo Departamento de Assistência e Proteção aos Menores.

Art. 40 — Os internados receberão 50% do lucro líquido, proveniente da venda dos seus trabalhos, reverteendo o restante para os cofres do Estado.

Art. 41 — A quota dos menores será recolhida a um estabelecimento de crédito designado pelo director do Departamento, em caderneta especial para cada um.

Art. 42 — São expressamente proibidos os castigos corporais, qualquer que seja a forma que revistam.

Art. 43 — Ao dar entrada na Escola, o menor ficará em observação durante certo período, devendo então ser organizada sua rica psicopatologia, para fins de orientação educacional.

Art. 44 — Os menores que revelarem certas superiores de inteligência no curso da Escola, serão admitidos gratuitamente ao qualquer estabelecimento secundário, profissional ou artístico custeado pelo Estado, ou educados às expensas deste.

Art. 45 — A saída da Escola será fornecida ao menor um diploma do oficial ou arte, em que for julgado aprop. e um certificado da sua conduta moral durante os dois últimos anos.

Art. 46 — Os menores ficarão na Escola o tempo determinado pela autoridade competente, salvo ordem em contrário ou licença de saída prevista.

Art. 47 — Mediante ordem da autoridade competente, poderá o director da Escola:

a) — desligar condicionalmente o menor que se acha apto para ganhar a vida por meio de ofício, e menor que tenha ainda atingido a idade legal, desde que a própria Escola, o Departamento de Assistência e Proteção aos Menores ou sua associação de patronato, se encarregue de lhe obter trabalho e velejar por elle até atingir a idade legal;

b) — desligar o menor dando-lhe trabalho em oficina da Escola como operário, passando neste caso o menor a viver sobre si, recebendo o respectivo salário, que lhe será fixado de acordo com o que for ordinariamente pago, attendendo à sua habilidade e capacidade de trabalho;

Art. 48 — Os menores não trabalharão mais de seis horas por dia, e haverá um ou mais intervalos de descanso, não inferior a uma hora.

Art. 49 — Tanto quanto for possível, dever-se-á fazer com que os educandos alternadamente, se entreguem quer aos trabalhos de campo, quer aos de ofícios, podendo fixar-se definitivamente em uns ou em outros, quando demonstrarem, em qualquer dessas especialidades, sensível e pronunciado aperfeiçoamento, e a experiência indicar essa medida como de utilidade para o menor.

Art. 50 — Em todas as dependências da Escola se observará, quer por parte dos menores, quer dos empregados, rigoroso regime de hygiene, asseio e ordem.

Art. 51 — A directória da Escola fornecerá aos internados roupas de uso e calcados que forem indispensáveis, como também adoptará um fardamento de estilo collegial para cada companhia de internados, para ser por estes usado em ocasiões, formaturas, etc.

CAPITULO VI

DO ABRIGO DE MENORES ABANDONADOS

Art. 52 — O Abrigo de Menores Abandonados é destinado ao recolhimento, criação e educação dos menores abandonados de ambos os sexos, de 0 a 10 anos de idade.

Art. 53 — O Abrigo será dividido em quatro secções:

a) — a primeira é reservada aos menores expostos de ambos os sexos, de 0 a 5 anos;

b) — a segunda, aos menores de 5 a 7 anos;

c) — a terceira, aos menores de 7 a 10 anos;

d) — a quarta, aos menores de 5 a 10 anos.

Art. 54 — Haverá separação absoluta entre os menores das diversas secções, e esta separação será mais rigorosa entre os menores de 5 a 10 anos e os menores da mesma idade, compreendendo refeitórios, dormitórios, recreos e aulas.

Art. 55 — O Governo poderá contratar com uma ordem religiosa de freiras, a direcção e administração do Abrigo de Menores Abandonados, estipulando no respectivo contrato o que for necessário a esse fim e fornecendo os recursos indispensáveis ao custeio de todas as despesas do estabelecimento, por intermédio do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores.

Art. 56 — Serão em numero de seis a dezenas as religiosas a serem contratadas para dirigir o Abrigo, tendo os seus deveres e vantagens regulados no contrato que for celebrado.

Art. 57 — A directória do Abrigo compete contratar, com autorização do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, auxiliares, nutrizes e outras empregadas necessárias aos serviços, com os salários que forem ajustados.

Art. 58 — Não sendo celebrado o contrato a que se refere o art. 55 ou dando-se a resolução por qualquer motivo, do que tinha sido firmado, o Governo, si não fizer novo contrato com outra instituição, assumirá directamente a direcção e administração do Abrigo.

Art. 59 — Na hipótese do artigo antecedente, a administração daquele estabelecimento ficará a cargo do seguimento pascal, sob a direcção geral do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores.

a) — 1 directora;
b) — 1 inspetora geral;
c) — 2 a 4 professoras primárias, de acordo com as necessidades pedagógicas e numero de educandos;

d) — 1 escripturário;
e) — 1 escrevente-dactylographa;
f) — 1 medico pediatra;
g) — 1 medico oftalo-rhynco;

h) — 1 enfermeiro diplomado pela Escola D. Anna Nery;
i) — 4 a 8 sub-inspectores, de acordo com as necessidades de disciplina e efectivo da matrícula;

j) — 1 dentista.

Art. 60 — Esses funcionários serão nomeados em comissão pelo Interventor no Estado e receberão os vencimentos fixados na tabella annexa.

Art. 61 — Ao director do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores compete contratar, por proposta da directória do Abrigo, auxiliares, nutrizes e outras empregadas necessárias aos serviços, mediante salário fixo e pago mensalmente.

Art. 62 — Contratando o Governo a direcção do Abrigo, nomeará em comissão um medico pediatra, um medico oftalo-rhynco, um dentista e uma enfermeira diplomada pela Escola D. Anna Nery, para prestarem seus serviços aos menores internados, com direito aos vencimentos que lhes dizem respeito, constantes da tabella annexa.

Art. 63 — Fica entendido que as funcionárias e empregadas a que alludem os arts. 59 a 61 só serão admitidas no caso de não ser feito o contrato de que trata o art. 55, exceptuados os medicos, o dentista e a enfermeira, ex-vi o artigo anterior.

Art. 64 — Para ser admitida como nutriz, no Abrigo de Menores Abandonados, é necessário que a pessoa pretenha a essa função se apresentar multa de atestado da autoridade policial do seu domicílio, indicando si o seu último filho é vivo, e se tem, no mínimo, a idade de quatro meses feitos, e si é amamentado por outra mulher que preenche as necessárias condições (Cod. de Menores, art. 6.º), sendo facultado à directória do Abrigo fazer sindicâncias e respeito.

Parágrafo único. — Fica ainda necessário que a nutriz a ser contratada seja «honestíssima» e rigorosa. Insistência da saúde e o parecer dos medicos considere-se em condições de poder exercer aquela missão.

Art. 65 — Quer que o regimento do abrigo seja contratado, quer sob a administração directa do Governo, a directória do Abrigo terá as seguintes obrigações, além de outras que lhe forem atribuídas pelo regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo:

1) — dirigir e administrar todos os serviços do estabelecimento, com zelo, capacidade e dedicação;

2) — cumprir e fazer cumprir as disposições legais protectoras da infância abandonada;

3) — criar os pequenos expostos com o máximo zelo e carinho, cuidando desveladamente da alimentação delles, higiene, saúde e bem estar;

4) — velar para que as nutrizes contractadas se desempenhem cuidadosamente da sua alta missão, observando o regulamento prescrito pelo medico do estabelecimento;

5) — cuidar do asseio e ordem interna do estabelecimento;

6) — manter com energia branda a ordem e a disciplina;

7) — distribuir os serviços entre as auxiliares e empregadas, de maneira que os mesmos corram em perfeita ordem;

8) — velar para que as auxiliares e empregadas cuidem das crianças com o maior desvelo, punindo ou promovendo a disciplina da qual se mostrarão negligentes, faltosas, indisciplinadas ou incapazes;

9) — distribuir entre as sub-inspectoras e auxiliares os serviços de inspecção dos internados;

10) — fiscalizar as crianças, por si e suas auxiliares, nos dormitórios, refeitórios, recreios, aulas etc., estudando as tendências, gostos, preferencias, sentimentos, genio e inclinações de cada uma, para fins de correção, conhecimento de vocações e orientação educacional;

11) — velar pelo asseio, hygiene e conducta das auxiliares e empregadas;

12) — exercer cuidadosa vigilância no sentido de evitar qualquer comunicação entre os menores das diversas secções (arts. 53 e 54);

13) — cuidar, por si e suas auxiliares, das roupas de uso, calcados, roupas de cama, etc., dos internados;

14) — providenciar para que as crianças sejam bem alimentadas, fazendo servir em hora certa as refeições do dia;

15) — providenciar para que sejam fornecidos ao estabelecimento generos alimentícios de primeira qualidade, examinando-os cuidadosamente e recusando os que forem imprensáveis;

16) — regular a quantidade e qualidade dos alimentos das crianças, tendo em vista a idade e a constituição de cada uma, de acordo com as prescrições medicas;

17) — solicitar aos menores em idade escolar o ensino adequado à idade e desenvolvimento intelectual de cada um, seguindo a orientação educacional dos jardins da infância e grupos escolares;

18) — organizar os pedidos de generos alimentícios, peças de roupas, calcados, material escolar e de quaisquer outros materiais ou utensílios necessários ao estabelecimento, para o fim de serem autorizados os fornecimentos pelo director do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores;

19) — ter organizado um prontuário dos menores internados com as necessárias anotações;

20) — fazer o registro em forma legal dos pequenos expostos;

21) — cumprir e fazer cumprir as ordens e instruções da autoridade judicial competente e do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores.

Art. 66 — A admissão de menores expostos ao Abrigo de Menores Abandonados se fará por consignação directa, sendo vedado o sistema das "rodas" (Cod. de Menores, art. 15).

Art. 67 — Consideram-se "expostos" os infantes de 0 a 7 anos de idade, encontrados em estado de abandono onde quer que seja (Cod. de Menores, art. 14).

Art. 68 — No Abrigo haverá um registo secreto, organizado de modo a respeitar e garantir o incognito em que se apresentem e desejem manter os portadores de crianças a serem internadas (Cod. de Menores, art. 16).

Art. 69 — O Abrigo salvo nos casos previstos pelo artigo seguinte não pode receber criança nascida a exhibitedo do registo civil de nascimento ou a declaração de todas as circunstâncias que possam influir na sua identificação e a descrição dos signes particulares e dos objectos encontrados no infante ou junto destes (Cod. de Menores, art. 17).

Art. 70 — Sendo a mãe representante de criança, não é ela obrigada a se dar a conhecer nem a assinar o processo da entrega, elle, se voluntariamente fizer declaração do seu estado civil ou qualquer outra que esclareça a situação da criança, taes declarações serão recebidas e registradas pela directória do Abrigo (Cod. de Menores, art. 18).

Parágrafo 1.º — E facilita à mãe da criança fazer declarações perante um notário de sua confiança, em acto separado, que é proibido comunicar ou publicar sob qualquer pretexto, salvo autorização expressa da autoridade competente; e entregar à directória do Abrigo esse documento encerrado e lacrado, para ser aberto na época e nas circunstâncias que ella determinar, e que tudo ficará constando do registo da criança (Cod. de Menores, art. 18, § 1º).

Parágrafo 2.º — Sendo uma outra pessoa a apresentante da criança, a directória do Abrigo procurará mostrar-lhe os inconvenientes do abandono, sem todavia fazer pressão desabida. Si o portador da criança insistir em deixá-la, a directória pedirá o registo civil do nascimento, ou informação do cartório e da data em que foi feito o registo. Si o portador declarar que não pode ou não quer fornecer indicação alguma, essa recusa ficará registrada, mas a criança será recolhida, sob pena de ser recusada.

Art. 71 — E inviolável o segredo dos actos previstos pelos artigos anteriores sob, as penas cominadas no art. 19 do Código de Menores.

Art. 72 — O infante só será abandonado no Abrigo, em vez de ser apresentado a directória o levá-lo a registo no competente officio, prætendendo as exigências legais (Cod. de Menores, art. 20).

Art. 73 — Os menores de 7 a 10 anos de idade serão recolhidos ao Abrigo de Menores Abandonados por ordem da autoridade competente, salvo o disposto no art. 96.

CAPITULO VII

DA ESCOLA DE REFORMA

Art. 74 — A Escola de Reforma tem por fim recolher, por ordem do juiz competente, e regenerar pela educação e pelo trabalho os menores delinqüentes e perverdidos de 14 a 18 anos de idade.

Art. 75 — Será seguido na Escola o mesmo regimen educacional da Escola Preliminar Presidente João Pessoa, na conformidade dos arts. 33 a 38 de presente lei.

Art. 76 — Observar-se-hão as seguintes regras quanto ao tratamento a ser dispensado aos menores:

a) — estudo e tratamento individuais, de acordo com as características psicológicas, sociais, apudides particulares e antecedentes do menor;

b) — classificação dos menores dentro do estabelecimento, de conformidade com suas características psicológicas;

c) — combinação de um programa completo de actividades de trabalho, estudo, desportos, etc.;

d) — incentivo aos dotes e iniciativas pessoais, cultivo e criação das noções de responsabilidade, auto-controle, auto-governo, e cooperação no trabalho;

e) — exclusão de todo o sentimentalismo e clemência branda e espraiada, que possam ser tão prejudiciais como o rigor disciplinar.

Art. 77 — Os internados serão divididos em turmas ou companhias, de acordo com a idade, a índole, a natureza de delito e o grau de perversidade de cada um.

Art. 78 — Haverá na Escola dependências individuais para a detenção provisória de menores que se mostrarem rebeldes, incorrigíveis ou temíveis.

Art. 79 — Cumple a directória da Escola promover por todos os meios a sua alcance a regeneração dos internados, tanto pela educação como pelo trabalho, habilitando-os a uma influencia moral e religiosa constante.

Art. 80 — Para os fins constantes do artigo precedente os internados serão ministrados o ensino escolar, profissional e agrícola, de conformidade com a vocação de cada um, assim como a educação phísica, moral, religiosa e cívica.

Art. 81 — Os menores que se mostrarem regenerados serão aproveitados em serviços leves da Escola e terão direito a prémios especiais instituídos pela directória da Escola com approvação do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores.

Art. 82 — Salvo o disposto no art. 78 são expressamente vedados os castigos corporais nos termos do art. 42.

Art. 83 — Os internados não poderão sahir nem ser retirados da Escola sem ordem da autoridade judicial competente, e nella permanecerão o tempo por esta determinado.

Art. 84 — Aos menores internados na Escola de Reforma são aplicáveis as disposições dos arts. 39, 40, 41, 45, 49 e 50, todos da presente lei.

Art. 85 — A administração da Escola de Reforma ficará a cargo de:

a) — 1 director;

b) — 1 escripturário;

c) — 2 professores;

d) — 1 medico;

e) — 1 dentista;

f) — 1 farmacêutico;

g) — 1 enfermeiro;

h) — 1 agrônomo;

i) — 1 vigilante geral;

j) — 1 almoxarife;

k) — 1 mestre geral de oficinas.

Art. 86 — Os cargos previstos pelo artigo anterior serão exercidos em comissão, competindo ao Interventor no Estado a nomeação dos respectivos titulares, que perceberão os vencimentos e gratificações fixados em lei.

Art. 87 — Observar-se-á o disposto no art. 28 quanto ao pagamento do medico, dos professores, do agrônomo e do escripturário.

Art. 88 — Compete ao director do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores contratar, por proposta da directória da Escola, o pessoal diariista que se fizer necessário, tendo os seus deveres e vantagens regulados nos respectivos contratos.

Art. 89 — Considera-se diariista o seguidor pessoal: mestres de oficinas, cheffes de turmas rurais, vigilantes e guardas, horticultor, jardineiro, roupeiro, costureiro, servante e trabalhadores em geral.

CAPITULO VIII

DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE PRESERVAÇÃO

Art. 90 — É lícito aos particulares, pessoas ou associações, para isso especialmente organizadas, ou que a isso se queiram dedicar, instaurar estabelecimentos de preservação para menores de qualquer sexo, com a condição de não terem em mira lucros pecuniários, de obterem autorização do Governo, de se sujeitarem a sua fiscalização e os moldarem pelas disposições legais.

Art. 91 — As instituições particulares para menores abandonados, tais como o Orfanotério D. Utrílio, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Asilo Bom Pastor, ficam sujeitas à fiscalização do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, em tudo o que concerne à aplicação das medidas legais de amparo e educação da infância desvalida.

Art. 92 — Compete ao Departamento, no exercício de sua acção fiscalizadora:

a) — velar pela observância das leis e regulamentos concernentes ao amparo e assistência à infância;

b) — orientar e estabelecer normas sobre o ensino escolar e profissional e sobre a educação phísica, moral e cívicas;

c) — dar instruções sobre o tratamento que deve ser dispensado aos menores;

d) — fiscalizar a alimentação dos menores;

e) — adoptar medidas tendentes à proteção da saúde dos menores;

f) — regularizar os serviços médico, dentário, farmacêutico e de enfermagem de cada estabelecimento;

g) — aconselhar normas de hygiene, asseio e ordem;

h) — exercer cuidadosa vigilância sobre o regimen disciplinar e moral de cada estabelecimento;

i) — promover a educação familiar ou a obtenção de emprego para os internados, com observância das formalidades legais;

j) — zelar pela boa aplicação dos auxílios e subvenções concedidas pelo Estado;

k) — comunicar à autoridade judicial competente as irregularidades e abusos que verificar, para os fins previstos pelo Código de Menores;

l) — com a directória do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, para que nesse seja instalado um pavilhão especial destinado ao recolhimento e tratamento de menores abandonados, deficientes, debilos, anormais e retardados; quando se seja transformado em escola de reforma do sexo feminino, tendo por fim recolher e regenerar pelo trabalho e pela educação os menores delinqüentes, perverdidos e victimas de atentados ao pudor;

Art. 93 — O Governo entrará em acordo:

a) — com a directória do Orfanotério D. Utrílio, no sentido de que esse estabelecimento passe a recolher e cuidar da educação das menores abandonadas, não viabilizadas nem pervertidas de 10 a 18 anos de idade, provenientes do Abrigo de Menores, ou mandadas internar pela autoridade competente;

b) — com a directória do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Asilo Bom Pastor, para que seja concedida subvenção especial para os demais serviços a cargo do mesmo Instituto;

Art. 94 — Fica reservada ao Governo a facultade de aumentar ou reduzir a mensalidade fixada no art. 97, si assim julgar conveniente.

Art. 95 — Consideram-se institutos de preservação, para os fins da presente lei, os preventórios destinados às crianças de qualquer dos dois sexos.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 96 — Fica o Governo autorizado:

a) — a expedir regulamento para o Departamento de Assistência e Proteção aos Menores;

b) — a expedir regulamento para o Abrigo de Menores Abandonados;

c) — a expedir novo regulamento para a Escola Preliminar Presidente João Pessoa;

d) — a expedir regulamento para a Escola de Reforma;

e) — a mandar construir, em local apropriado, com as instalações e accommodationes necessárias, uma escola de preservação para as menores abandonadas de 10 a 18 anos de idade;

g) — a fornecer à directória do Orfanotério D. Utrílio, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e do Asilo Bom Pastor, os auxílios necessários para a edificação e instalação dos pavilhões ou dependências indispensáveis ao aumento da capacidade de cada um dos referidos estabelecimentos, desde que sejam realizados os acordos previstos pelo art. 95, alíneas a, b e c;

h) — a mandar construir e instalar um preventório para crianças debilos;

i) — a fazer os melhoramentos que forem indispensáveis ao devido apparelhamento da Escola Preliminar Presidente João Pessoa;

j) — a despende, no exercício de 1933, até a quantia de cento e sessenta contos de réis (160.000.000), com a administração contractada do Abrigo de Menores Abandonados (art. 95);

k) — a despesas de pessoal e material do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, da Escola Preamunitória Presidente João Pessoa e da Escola de Reforma, fixando os vencimentos dos mesmos funcionários e abrindo crédito para as despesas de pessoal e material dos referidos serviços, bem como a prover à medida que se fizer necessário, os cargos de que trata a presente lei.

Art. 102 — As despesas de pessoal e material do Departamento de Assistência e Proteção aos Menores, da Escola Preamunitória Presidente João Pessoa, do Abrigo de Menores Abandonados e da Escola de Reforma, serão tabuladas no orçamento do Estado sob a rubrica — Departamento de Assistência e Proteção aos Menores — de acordo com as especificações constantes do quadro anexo.

Parágrafo único — As despesas de pessoal e material do Abrigo de Menores Abandonados, fixadas na tabela anexa, só entrando em vigor no caso de assumir o Governo a administração direta do referido estabelecimento, nos termos dos artigos 59 a 64.

Art. 103 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários à execução do disposto no art. 101, alíneas a e b, da presente lei.

Art. 104 — Enquanto não se instalarem todos os serviços a que se refere o presente decreto, os institutos já existentes

e o Abrigo de Menores Abandonados terão direção própria e funcionarão como estabelecimentos autônomos.

Art. 105 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Redenção, em João Pessoa, 29 de dezembro de 1937, 48º da Proclamação da República.

(Ass.) ARGEMIRO DE FIGUEIREDO.
FRANCISCO DE PAULA PORTO.
SEVERINO CORDEIRO.

ABRIGO DE MENORES ABANDONADOS

Quadro a que se refere o art. n.º 912, de 29 de dezembro de 1937

CLASSIFICAÇÃO	VENCIMENTOS		
	Pessoal:	Mensais	Anuais
1 Director (em comissão)	1.600\$000	19.200\$000	
1 Auxiliar de director	400\$000	4.800\$000	
1 Escrivente dactylographo	320\$000	3.840\$000	
1 Porteiro	250\$000	3.000\$000	
1 Continuo-servente	150\$000	1.800\$000	

4 Professores	2300\$000	11.000\$000
2 Inspetores	1500\$000	3.000\$000
1 Médico	500\$000	6.000\$000
1 Dentista	200\$000	2.400\$000
1 Enfermeira	600\$000	7.200\$000

Pessoal diarista:

Nutriz e outros empregados

Material:

Aluguel de telephone	1200\$000
Expediente e assento	1.200\$000
Correspondência postal e telegrafia	600\$000
Transporte e passageiros	600\$000
Livros e impressos pela Imprensa	3.000\$000
Oficial	1.200\$000
Materiais diversos	6.000\$000
Roupa calcado, para internados	6.000\$000
Material escolar	4.800\$000
Alimentação	100.000\$000
Medicamentos	6.000\$000
Material dentário e cirúrgico	6.000\$000
Utensílios e objectos diversos	2.400\$000
Asseio geral, lavagem e engomado	4.800\$000

será reembolsada das quantias descontadas.

Art. 10º — Com o funeral dos funcionários, conforme a categoria, poderá o Estado despendar até 20.000\$000, correndo essas despesas pela verba eventual da Secretaria do Interior e Segurança Pública.

Art. 11º — Só poderá destinar para o interior do Estado o funcionário que contar mais de seis meses de permanência na sede da Corporação.

Art. 12º — O imposto de veículos será cobrado, de acordo com a legislação respectiva e constante neste decreto (quadro "G"), pela Inspectoria do Trafego no município da capital e no interior do Estado, onde não houver Postos de Vehículos, pelas Mesas de Rendas, ficando estas na obrigação de remeterem no começo de cada mês á Inspectoria do Trafego Público, uma cópia de cada certificado de registro e bem assim, uma demonstração geral dos impostos arrecadados mensalmente.

Art. 13º — Os concertos de motocicletas da Corporação, gasolina e material para as mesmas, correrão por conta do Conselho Econômico.

Art. 14º — Ficam extintas todas as gratificações dadas a funcionários da Corporação pelo cofre do Conselho Econômico.

Art. 15º — Terá a Inspectoria do Trafego Público e da Guarda Civil, com a Secção Administrativa, 1.ª Secção do Trafego e Secção de Policiamento, sede na capital do Estado.

A 2.ª Secção do Trafego terá sua sede na cidade de Campina Grande e caberá à mesma distribuir o pessoal para os estacionamentos e postos da zona do sertão, de acordo com as determinações do Inspector Geral.

Art. 16º — As admissões na Inspectoria do Trafego Público e da Guarda Civil serão feitas na segunda quinzena dos meses de janeiro, maio e setembro.

Art. 17º — Todos os funcionários continuam a perceber o fardamento de acordo com as disposições das leis anteriores em vigor.

Art. 18º — Fica o Inspector Geral autorizado a elaborar novo regulamento para a corporação.

Art. 19º — Com esta reorganização ficam extintos os logares de fiscal geral do tráfego público e da guarda civil, escrivários, fiscal de veículos, fiscal de policiamento e guarda de reserva e criados em susseguimento aos mesmos os logares do chefe de tráfego, escrevente de 2.ª classe, fiscal do tráfego de 1.ª classe e fiscal rondante.

Art. 20º — Com a manutenção da Inspectoria do Trafego Público e da Guarda Civil despedirá o Governo a quantia de 561.000\$000, sendo: 478.320\$000, com o pessoal e 82.780\$000 com material.

Art. 21º — O presente decreto entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1938.

Art. 22º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Redenção em João Pessoa, 24 de dezembro de 1937,

48º da Proclamação da República.

Argemiro de Figueiredo
Severino Cordeiro de Sousa
Francisco de Paula Porto

SEU FILHO ESTÁ MAGRO E FRACO?

O Oleo de Figado de Bacalhau em Pastilhas cobertas de assucar restitue peso e força.

Em alguns dias obtemos muito mais depressa do que podíamos imaginar, as maravilhosas Pastilhas McCoy à base de Oleo de Figado de Bacalhau, dando peso e força ao seu filho magro e fraco, e em menos de um mês uma doença não é mais necessária tomar o oleo líquido de gato tão caro. Ele é agora substituído pelas Pastilhas McCoy. Experimentos e si não ficar satisfeito sera reembolsado.

**PASTILHAS
McCoy**

A HYGIENE NAS ZONAS RURAIS

COMO COMBATER O IMPALUDISMO

Como é sabido, o impaludismo, também conhecido por malária, malária, seza, febre palustre ou intermitente, tremedeira, ou baté-quete, é uma doença que se transmite pela picada do mosquito anophelito, que vive de preferência nas margens dos rios, lagos, brejos, charcos, em sumas, nas águas paradas sem correnteza, mas, ou menos protegidas do sol e dos ventos. Só as fêmeas picam, e em geral no crescimento, ou luar mortícola.

Para evitar o impaludismo em zonas rurais são necessários os seguintes cuidados: extinguir os focos de mosquitos (às vezes difícil ou mesmo impossível); evitar que os mosquitos picuem as pessoas sãs (por meio de telas nas aberturas da casa ou de certinhos); evitar que os mesmos picuem as pessoas doentes; prevenir as pessoas sadias contra a infecção pelo uso de medicamentos adequados, entre os quais se destaca a Atebrina da Casa Bayer; tratamento sistemático dos doentes de impaludismo, também pele Atebrina, que de resultado completo, via de regra, entre 5 e 7 dias.

Gracias a este medicamento, torna-se possível sanear zonas palustres onde não é fácil estabelecer outras medidas de saneamento, como drenagem dos pantanos e charcos, rectificação dos rios, etc.

CABELLOS BRANCOS
Evitam-se e desaparecem com "LOCÃO JUVENIL".
Usada como loção, não é tintura.
Use não muide.

Depósito: Farmacia MINERVA
Rua da República — João Pessoa
DROGARIA PASTEUR
Rua Maciel Pinheiro, 618
Preço: — 60000

Art. 6º — O funcionário que se afastar, em diligencia, a serviço da propria Corporação, permanecendo fora de sua sede por mais de 24 horas, receberá uma diária correspondente a um dia de ordenado.

§ 1.º — A diária destina-se a auxiliar as despesas extraordinárias de alimentação e poussada que o funcionário é obrigado a fazer nos dias em que se destoe para logar afastado de sua sede e será paga pelo cofre do Conselho Econômico.

§ 2.º — Serão computados na contagem das diárias o dia da partida e o dia de chegada no logar de origem.

Art. 7º — O funcionário que for designado pelo Inspector Geral para permanecer em qualquer município do Estado ser-lhe-á fornecido transporte em estrada de ferro e, do ponto terminal desta até ao lugar do destino, a título de ajuda de custo, uma gratificação arbitrária pelo Inspector Geral para auxiliar as despesas da viagem mas que não exceda de 500\$000, que será paga pelo cofre do Conselho Econômico.

Art. 8º — Os funcionários que forem destacar ou que se recolherem das localidades em que se acharão, se o pedido, por faltas que hajam cometido ou por qualquer outro motivo, que não seja por conveniência do serviço, indemnizarão o transporte e mais despesas decorrentes do recolhimento ou transferência.

Art. 9º — O funcionário quando preso á disposição do fórum civil, perderá um terço de seus vencimentos, e o que for condenado a menos de dois anos de prisão terá direito apenas a um terço dos mesmos vencimentos, revertendo as quantias descontadas aos cofres do Tesouro no Estado.

§ único — No caso do funcionário ser impronunciado ou absolvido

INSPECTÓRIA DO TRAFEGO PÚBLICO E DA GUARDA CIVIL DO ESTADO DA PARAHYBA

QUADRO "B"

(Decreto n.º 900, de 24 de dezembro de 1937)

CLASSIFICAÇÃO	VENCIMENTOS		TOTAES
	Mensais	Anuais	
I — Inspectoria de Traf. Público			
a) Secção Administrativa:			
1 Inspector Geral	640\$000	7.680\$000	7.680\$000
1 Sub-Inspectr.	520\$000	6.240\$000	6.240\$000
1 Almoxarife Pagador	450\$000	5.400\$000	5.400\$000
1 Escrivente de 1.ª classe	330\$000	3.960\$000	3.960\$000
1 Dactylographo	270\$000	3.240\$000	3.240\$000
1 Auxiliar de Pagador	210\$000	2.520\$000	2.520\$000
1 Archivista	270\$000	3.240\$000	3.240\$000
b) 1.ª Secção de Trafego:			
1 Chefe de Trafego	450\$000	5.400\$000	5.400\$000
1 Encarregado da Secção	400\$000	4.800\$000	4.800\$000
1 Escrivente de 2.ª classe	300\$000	3.600\$000	3.600\$000
3 Aranhaenses	270\$000	3.240\$000	9.720\$000
1 Archivista	270\$000	3.240\$000	3.240\$000
2 Fiscais de Traf. de 1.ª classe	260\$000	3.120\$000	3.120\$000
5 Fiscais de Traf. de 2.ª classe	260\$000	3.120\$000	6.240\$000

33.000\$000

INSPECTÓRIA DO TRAFEGO PÚBLICO E DA GUARDA CIVIL DO ESTADO DA PARAHYBA

QUADRO "A", a que se refere o artigo 2.º, § 1.º, do Decreto n.º 800 de 24 de dezembro de 1937.

INSPECTÓRIA DO TRAFEGO PÚBLICO

Pagadoria, Parte interna, Parte externa

CLASSIFICAÇÃO	Inspector Geral	Sub-Inspectr.	Escrivente de 1.ª classe	Dactylographo	Archivista	SCMATA	Chefe do Trafego	Fiscais do tráfego de 1.ª classe	Fiscais do tráfego de 2.ª classe	Fiscais do tráfego de 3.ª classe	Archivistas	Signatários	Motorcyclistas	Encarregado de Secção	Escrivente de 2.ª classe	Fiscais rondantes	Guardas de 1.ª classe	Guardas de 2.ª classe	Guardas de 3.ª classe	SOMMA									
1.ª Secção do Trafego Públ.	1	1	1	1	1	5	1	1	2	2	4	2	10	2	6	7	22	35	2	74	1	1	2	4	5	22	56	87	180
2.ª Secção do Trafego Públ.																													
Secção de Policiamento																													
SOMMA	1	1	1	1	1	5	1	1	2	2	4	2	10	2	6	7	22	35	2	74	1	1	2	4	5	22	56	87	180

classe	240\$000	2:880\$000	14:400\$000
15 Fiscaes de Traf. de 3. ^a classe	210\$000	2:520\$000	37:800\$000
23 Sinalheiros	190\$000	2:280\$000	52:440\$000
2 Motociclistas	240\$000	2:860\$000	5:760\$000
c) 2.ª Secção de Trafego:			143:400\$000
1 Chefe de Trafego	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1 Encarregado de Secção	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1 Escrevente de 2.ª classe	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1 Amador	270\$000	3:240\$000	3:240\$000
1 Archivista	270\$000	3:240\$000	3:240\$000
4 Fiscaes de Traf. de 1.ª classe	260\$000	3:120\$000	12:480\$000
2 Fiscaes de Traf. de 2.ª classe	240\$000	2:880\$000	5:760\$000
7 Fiscaes de Traf. de 3.ª classe	210\$000	2:520\$000	17:640\$000
12 Sinalheiros	190\$000	2:280\$000	27:360\$000
II — Guarda Civil			83:520\$000
a) Secção de Policiamento:			
1 Encarregado de Secção	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1 Escrevente de 2.ª classe	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
4 Fiscaes Rondantes	260\$000	3:120\$000	12:480\$000
5 Guardas de 1.ª classe	240\$000	2:880\$000	14:400\$000
22 Guardas de 2.ª classe	210\$000	2:520\$000	55:440\$000
56 Guardas de 3.ª classe	190\$000	2:280\$000	127:680\$000
			218:400\$000
			478:320\$000

EDITAIS

ADMINISTRAÇÃO DO DOMÍNIO DA UNIÃO NA PARAHYBA — EDITAL N.º 20. A — AFORAMENTO DE TERRENO DE MARINHA — De ordinem do sr. Delegado Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, faço público que sr. Giovanni Petrucci requereu o aforamento do terreno de marinha beneficiado com parte da casa n.º 376, antiga 96, da praia Formosa, distrito de Cabedelo, município de João Pessoa, neste Estado.

Os detalhes técnicos e demais esclarecimentos constam do editorial n.º 19, publicado no jornal oficial "A União", desta capital, em sua edição de 26 de novembro de 1937.

Administração do Domínio da União, 26 de novembro de 1937.

Sabino de Campos — Escrivão encarregado da Administração — Classe G.

ADMINISTRAÇÃO DO DOMÍNIO DA UNIÃO NA PARAHYBA — EDITAL N.º 21.A — Aforamento de terrenos de marinha e próprio nacional

De ordinem do sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, faço público que a Companhia de Pesca Norte do Brasil requereu o aforamento dos terrenos de marinha e próprio nacional, situados à ruas Presidente João Pessoa na vila e distrito de Cabedelo, município de João Pessoa.

Os detalhes técnicos e demais esclarecimentos constam do editorial n.º 21, publicado no jornal oficial "A União", desta capital, em sua edição de 1 de dezembro de 1937.

Administração do Domínio da União, 1 de dezembro de 1937. — **Sabino de Campos, escrivão encarregado da Administração — Classe G.**

ADMINISTRAÇÃO DO DOMÍNIO DA UNIÃO NA PARAHYBA — EDITAL N.º 23-A — Aforamento de terreno próprio nacional

De ordinem do sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, faço público que o art. 139 § 2.º da lei de falência, consta a ou allegar o que entenderem a bem de seus direitos. Peço que fizer presente aviso que para maior segurança seja fixado na porta das audiências do Juiz e mande publicar o mesmo no órgão oficial do Estado A União.

Inspeção, 26 de dezembro de 1937.

Eudelvias Garcia — O escrivão da falência.

EDITAL de citação de herdeiros ausentes com o prazo de 60 dias. — O doutor Antonio do Couto Cartaxo, Juiz Municipal do termo de Soledade, comarca de Campina Grande, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

Faz saber a quantos este edital vierem e delles oficiais tiverem e interessar possa, que tendo se iniciado neste Juiz o inventário dos bens deixados por falecimento de Fortunato Manuel de Maria, foi declarado pelo procurador do inventariante Benigna Maria de Jesus, achá-se ausente em lugar não sabido o herdeiro José Firmino Figueiredo, pelo qual mandou se passar o presente edital com o prazo de sessenta (60) dias, pelo qual nome e cota o referido herdeiro, para o prazo de 48 horas, que correrá a partir do dia da última citação, ajuizá-sas as declarações da inventariante e para todos os demais termos do inventário, até final partilhas sob pena de revés. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou publicar este edital que será fixado no lugar do costume e publicado em copy na "A União", órgão oficial do Estado. Dado e passado nesta vila de Soledade, aos 23 dias do mês de dezembro de 1937. Eu, José Hermenegildo de Souza.

O escrivão José Hermenegildo de Souza.

EDITAL de citação de herdeiros ausentes com o prazo de 60 dias. — O dr. Sizenando de Oliveira, Juiz de direito da 2.ª vila da comarca desta capital, ora no exercício da 1.ª em virtude da lei, etc. — Faz saber a quantos o presente edital de citação de herdeiros ausentes vierem ou delle notícias tiverem e interessar possa, que tendo sido iniciado neste Juiz o inventário dos bens deixados por falecimento de d. Maria Auta de São Mello e achando-se ausente os herdeiros d. Maria Mathildes Pereira de Araújo, Joaquim Joab Pereira de Melo, João Baptista Pereira de Melo, d. Rosaura Guedes Alcoforado, d. Donatila Deonilia Pereira de Melo, d. Ignêz Helena Pereira Frazão, d. Consórcio Cesar Pereira de Melo, José de Assis Pereira de Melo, Nilo de Assis Pereira de Melo, Nabuco de Assis Pereira de Melo, João de Assis Pereira de Melo e Francisco de Assis Pereira de Melo, residentes alguns neste Estado e outros fora dele, credendo se passasse o presente edital de citação, com o prazo de 60 dias, em virtude do qual chamou e citou os mesmos herdeiros, para, em 48 horas, após aquele prazo, que correrá em cartório, virarem falar sobre as declarações do inventariante, José Ignacio Pereira de Melo, e para todos os demais termos do inventário e particularidades até final, sob pena de revés. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou passar este edital, que será publicado pela imprensa e situado no lugar do costume. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e trinta e sete. — **Hélio Monteiro, escrivão, o escrivão Ass. Sizenando de Oliveira. Confirme o original, dou-lhe fé.** — **Hélio Monteiro.**

O escrivão Hélio Monteiro.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO AO CONCURSO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE DACTYLOGRAPHO DE QUALQUER MINISTÉRIO. — Faço público achar-se aberto no Palácio Tiradentes, andar terceiro, a inscrição ao concurso de provas, para provimento de cargos da classe inicial da carreira de dactylographo de qualquer Ministério.

As propostas deverão ser entregues a tinta ou dactylographadas e assinadas de modo legível, sem razaras, emendas ou borões, em duas vias, sendo uma devidamente sellada, (selo) o estatal, municipal, bem como da caixa que de traz este Edital.

As propostas deverão ser entregues neste Serviço, que funcionará no Palácio das Secretarias (Salão do Diretório de Viação e Obras Públicas), até as 15 horas do dia 12 de Janeiro vindouro, em envelopes devidamente fechados.

Os proponentes obrigar-se-ão a tornar efectivo o compromisso a que se propuseram, caso seja aceita a sua proposta, assignando contrato na Procuradoria da Fazenda, com o prazo máximo de 10 dias, após solução da concorrência.

A caução de que trata este Edital reverterá à favor do Estado, no caso de rescisão do contrato sem causa justificada e fundamentada.

Fica reservado ao Estado o direito

Dupla filtração do sangue

O sangue atingindo as arterias capilares nos rios é submetido a uma dupla filtração. Na primeira perde mais seu excesso de água. Tornando assim denso, passa o sangue por outros filtros onde se retêm as partículas solidas, conseguindo-se os restos das células orgânicas destruídas.

Esse processo de dupla filtração é delicado e depende do aparelho renal e a importância de seu funcionamento na manutenção da saúde. Qualquer deficiência no trabalho dos rins importa em retenção de substâncias tóxicas e nocivas ao organismo, dando lugar a uma série de sintomas dolorosos e desagradáveis. Dores lombares, rheumatismo, inchaço produzido por infiltração de água nos tecidos, são algumas das síntomas mais comuns da debilidade renal. Urge combatê-las com o uso das pilulas de Foster que são o melhor remédio para lavar, fortalecer e activar os rins.

com os actos ns. 35 e 36, respectivamente, de 9 e 12 do corrente, e publicados no "Diário Oficial" de 12 e 18 de novembro.

4 — A inscrição ao concurso deve ser feita mediante requerimento, em forma impressa, fornecida pelo secretário do concurso no local da inscrição.

5 — As inscrições realizadas no ultimo dia do prazo serão consideradas condicionais.

6 — O requerimento de inscrição deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira, constante de certidão de registro civil, título de naturalização ou título declaratório de nacionalidade e pela qual também se verifique não contar o candidato menos de 18 anos, nem mais de 30, apurados até a data do encerramento da inscrição;

b) prova de vacinação ou revaccinação anti-varíola, fornecida por autoridade sanitária federal, em data não anterior a dois anos;

c) prova de bom comportamento, constante de atestado de bons antecedentes, fornecido pela autoridade policial competente;

d) prova de quitação com o serviço militar;

e) prova de identidade, pela apresentação de carteira de identidade, de cadernetas de reservista, título eleitoral ou carteira profissional;

f) seis fotografias do candidato, de frente e semi-chapéu (tamanho de 3 x 4 centímetros).

7 — Os candidatos que já foram funcionários, desde que façam prova, ficarão dispensados das exigências indicadas nas letras a, d e e.

8 — O concurso constará das seguintes provas:

I — Provas de seleção inicial (eliminatórias), consistindo em:

a) prova de saúde e de capacidade física para verificação de que o candidato não apresenta contraindicações para o trabalho de dactylographia, por defermeidade, mutação, distúrbio funcional ou outra qualquer doença;

b) prova de nível mental e aptidão constante de exame de inteligência, de atenção e de resistência à fadiga visual;

c) exame escrito de português, pelo qual o candidato revele conhecimento prático de idioma, correspondente ao dos programas da terceira série do curso secundário fundamental;

d) prova de trabalho dactylográfico, pelo qual o candidato demonstre habilitação profissional.

II — Provas de habilitação geral, as quais serão submetidas os candidatos aprovados na seleção inicial, e consistindo em:

a) exame escrito de aritmética;

b) exame escrito de conhecimentos gerais (noções de ciência, choro-geografia do Brasil, História do Brasil e de instrução moral e cívica), correspondentes aos constantes do programa do quinto ano do curso primário.

III — Provas de habilitação complementar (facultativas), escolhidas, até o máximo de duas, entre as seguintes matérias:

Stenografia, escrituração mercantil, noções de estatística, francês, inglês, alemão, italiano ou espanhol.

9 — As provas do concurso serão realizadas no Distrito Federal, em dias, local e hora determinados pela banca examinadora, e com aviso publicado no "Diário Oficial", com antecedência de, pelo menos, quarenta e oito horas.

10 — Os candidatos classificados no concurso receberão um certificado, expedido pelo Conselho, e pelo qual se habilitarão à nomeação para cargo inicial da carreira de dactylographia de qualquer Ministério.

11 — O prazo de validade do concurso será de dois anos, a partir da data da homologação do encerramento do Conselho.

12 — As instruções e programas relativos a este concurso poderão ser fornecidos no local das inscrições ou na portaria dos Ministérios.

13 — Quaisquer outras informações poderão ser obtidas por escrito ou pessoalmente com o secretário do concurso, das 13,30 às 17 horas, no Palácio Tiradentes, rua D. Manuel, neste capital.

E para conhecimento dos interessados, é lavrado o presente edital que será publicado três vezes no "Diário Oficial".

Conselho Federal do Serviço Públíco Civil, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937.

— Roberto de Vasconcellos, secretário do concurso.

INSPECTORIA DO TRAFEGO PÚBLICO E DA GUARDA CIVIL DO ESTADO DA PARAHYBA

MATERIAL:

Fardamento	70.000\$000
Motocicletas	10.000\$000
Expediente	800\$000
Impressos, livros, etc.	1.000\$000
Assento e lavagem de roupa de cama	480\$000
Consumo de luz	500\$000
	32.700\$000

INSPECTORIA DO TRAFEGO PÚBLICO E DA GUARDA CIVIL DO ESTADO DA PARAHYBA

QUADRO "C"

Emolumentos, taxas de exame e outras, a que se refere o artigo 12.º do Decreto n.º 900, de 24 de dezembro de 1937.

Inscrição para exame de motorista "Amador" ...

Idem, idem, de "Profissional" ...

Idem, idem, de motociclista "Amador" ...

Idem, idem, de motociclo ...

Idem, idem, de cocheiro ...

Idem, idem, de carroceiro ...

Taxa de exame médico para inscrição de motoristas ...

Idem, de exame médico trienal ...

Idem, de vistoria em automóveis ...

Idem, de vistoria em motocicletas e veículos de tração animal ...

Idem, para registo de veículos matriculados noutras Estados para tráfegarem neste, por 15 dias ...

Idem, para veículos de outros Estados ou municípios fazerem praça nesta capital para adquirirem passageiros (uma vez) ...

Idem, idem, annual ...

Idem, da comissão examinadora ...

Idem, da comissão examinadora (exame urgente) cuja fóra da sede da repartição) ...

Idem, de estadia de veículos recolhidos ao depósito público (por dia) ...

Idem, idem, em garagem particular (por dia) ...

Selos de chumbo (na placa traseira) ...

Idem, idem, na metralha indicativa sobre a placa dianteira ...

Idem, idem, para motocicletas e bicicletas ...

Título de habilitação para motorista, motociclista ou motociclo (1.ª e 2.ª via) ...

Idem, idem, para cocheiro ou carroceiro ...

Carteira de matrícula para motorista e motociclista "Amador" ou "Profissional" ...

Idem, idem, para motociclo ...

Registro de veículos automóveis (por anno) ...

Idem, fóra do prazo determinado por editorial ...

Idem, idem, no último trimestre do anno ...

Idem, idem, de motocicletas (por anno) ...

Idem, idem, fóra do prazo determinado por editorial ...

Idem, idem, no último trimestre do anno ...

Idem, idem, de bicicletas, veículos de tração animal e carros de mão ...

Idem, idem, fóra do prazo determinado por editorial ...

Licença para saída de "chassis" ou autos sem placas para outros municípios ou Estados (por cada um) ...

Idem, idem, para veículo tráfegar depois das 18 horas com placa de "Experiência" (por 10 dias) ...

Idem, para veículo de carga conduzir passageiros (por 48 horas) ...

Idem, idem, por arco ...

Idem, de aprendizagem (valido p. 30 dias) ...

Idem, de propaganda (um veículo, por dia) ...

Idem, idem, para correio ...

Matrícula provisória para conductor de veículos ...

Vistos anuais em carteiras de motoristas ...

Idem, idem, de condutores diversos ...

Averbação de substituição de placas de numeração inutilizada ou alterada ...

Idem, de alteração na categoria do veículo de "aluguel" para "particular" ou vice-versa ...

Idem, de transferência de propriedade ...

Idem, de alteração no número do motor do veículo ...

Idem, idem, na cor do veículo ...

Idem, de matrícula na carteira do motorista (em selos) ...

Exemplar do Regulamento do Trafego ...

Reboque de veículo (por quilometro) ...

NOTA — Estão isentos do pagamento do "visto" anual, os motoristas e condutores diversos que trabalham em veículos das repartições públicas, federais estaduais e municipais, e do pagamento das taxas, qualquer veículo pertencente às mesmas repartições, fixando, no entanto, sujeito ao pagamento das placas para os veículos.

Os veículos pertencentes aos consulados gozarão de um abatimento de 50% sobre as taxas.

HYGIENIA A BOCCA, GARGANTA E NARIZ

SANARINA

CURA INFILAMACAO NA GARGANTA

Agentes: — J. R. DE VASCONCELLOS & CIA.

1938 OFFERECE - LHE

O MAIOR CHEVROLET

de todos os tempos

NA historia gloriosa do Chevrolet, nos seus 27 anos de progresso, os modelos de 38 não são uma revolução, são uma evolução. Todos os caracteristicos que tornaram o Chevrolet o carro N. 1 do mundo, foram melhorados e apurados para dar-lhe mais uma vez a deanteira, entre os de seu preço.

Em beleza? Sem dúvida! O simples radiador representa um estilo novo e raro. Os interiores são mais luxuosos, amplos, convivativos — são melhor equipados. Há mais espaço. O assento traseiro é duas pollegadas mais largo. Molas novas tornam a marcha com Acção de Joelho ainda mais suave e macia.

E o motor? É uma vitória unica em suavidade, é mais obediente, mais económico. Completando o conforto e a segurança do carro, um novo pedal da embreagem, mais

simples, mais forte, mais positivo, torna ainda mais fácil o seu governo.

E este carro maravilhoso apresenta ainda muitos outros melhoramentos, próprios do "Único carro completo da sua classe". Mais uma vez Chevrolet está na deanteira em qualidade, porque é de melhor construção, melhor aparência e melhor performance que qualquer outro de sua classe de preços. Visite o Agente mais próximo e constate, com uma experiência, a superioridade do Chevrolet para 1938!

É UM PRODUCTO
DA
GENERAL
MOTORS

MODERNISMO DE LINHAS

Novo estilo, de maior belleza. O carro de apparence mais bella e maior, entre os carros de baixo preço.

FREIOS HYDRAULICOS APERFEIÇADOS

Macios, poderosos, positivos. Os mais seguros freios que se conhecem, assegurando o maximo de protecção.

ACÇÃO DE JOELHO

Com direcção à prova de choque. Segura, confortavel, diferente, o que há de mais perfeito em conforto de marcha.

CARROSSERIAS INTEIRAS

Interiores mais amplos. Côres mais bellas. Construção integral de aço, inteiramente silenciosa.

MOTOR DE VALVULAS NA TAMPA

A mais completa combinação de força, economia e segurança.

VENTILAÇÃO FISHER CONTROLAVEL

Protege contra o vento, o fumo, embaciamento do parabrisa, assegurando, ao mesmo tempo, o controle individual da ventilação.



DIA 10 DE JANEIRO!

A MAIOR NOVIDADE DO ANNO!

Audioscopia

(Cinema em alto relevo)

Apresentação da METRO
GOLDWYN MAYER
somente no

PLAZA!

NA PROXIMA
semana

Laurence Tibbett — (barytono do Metropolitano de New York) — Lupe
Velez — (a estrella de films inesquecíveis)

PLAZA

Matinée hoje ás 4 horas — Preço unico — — 700 reis

Tres Almas Errantes

RICHARD ARLEN—METRO GOLDWYN MAYER

MELÓDIA CUBANA

o film que você
precisa ver e ouvir
projectado
pela magnifica
aparelhagem do
PLAZA

SANTA ROSA

HOJE! A'S 7 E MEIA HORAS SESSÃO POPULAR

Tres Almas Errantes

PREÇO UNICO 700 REIS

CLINICA DENTARIA AVISO

O cirurgião dentista Arlindo B. Camboim, comunica aos clientes que será restabelecido o serviço de sua clinica a partir do dia 7 de janeiro proximo.

PERDIDOS

Hermogenes Coelho Chianca, comerciante à Av. João da Mata, 407, tendo deixado por esquecimento em uma das dependencias sanitarias da praça Venâncio Nêiva, na noite de 26 deste, um relógio de algibeira marca "Cyma", gratifica a quem o encontrou, quantia superior ao valor do objecto.

MERCEARIA A' VENDA

Vende-se n'um óptimo ponto uma pequena e bem atraçada Mercearia, fazendo regular apurado ávenida Joaquim Torres n.º 572 a rua mais movimentada da Torrelandia. A tratar na mesma com o seu proprietário.

Pontos para negócios

Vendem-se dois excellentes pontos para negócios, sendo um á avenida Beira-parede Rohan e outro em Cruz das Armas.

Trata-se com Raymundo Costa ou Antonio Tourinho.

VENDEM-SE

4 casas á Av. Floriano Peixoto ns. 842, 866, 872 e 878. Sendo 3 de tijolo e uma de taipa. Todas com agua e instalação de luz.

2 casas á Av. Coelho Lisboa ns. 404 e 410, de taipa, com agua e em terreno proprio. 2 ditas á Av. dos Estados ns. 573 e 583 recentemente construídas, 1 dita á Av. dos Coremas n.º 62, e 1 á Av. Vasco da Gama, 544.

Quem interessar dirija-se á rua da Republica, n.º 774.

JUVENTUDE ALEXANDRE

Trinta annos de sucesso são o melhor reclame para preferir JUVENTUDE ALEXANDRE para tratar e embellezar os cabellos. Extingue a caspa, cessa a queda dos cabellos, evitando a calvície. Faz voltar á cor natural os cabellos brancos, dando-lhes vigor e mocidade. Não contém sais de prata e usa-se como loção.



Vidro...
Pelo curvado...
Dep. "Casa Alexandre",
Ourivador, 148 - Rio.

ALUGA-SE

a casa n.º 175 á rua Indio Pyragibe. A tratar na Sa- pataria "João Pessôa", rua da Republica, 778, com Ju- lio de Castro Nunes.

OPTIMA ACQUISIÇÃO

Vende-se uma boa casa de construção moderna, toda alvenaria, com instalações de agua e luz, tendo commodos sufficiente para familia. O comprador pode ocupar imediatamente, sem nenhum impecilho. Local óptimo. Bairro de Jaguaripe, bonde á porta — avenida Floriano Peixoto, n.º 316. Trata-se na mesma avenida, 360.

Plaza

Propriedade de Wanderley & C. Ltda.

HOJE! — A'S 7 E 1/2 horas — HOJE!

United Artists

APRESENTAM

CLIVE BROOK

EM

AMOR NO EXILIO

COMPLEMENTO:

Um nacional D. F. B.

Preços — 2\$100 e 1\$600

Sabbado! Domingo! Segunda e Terça Feira!

GRETA GARBO E ROBERT TAYLOR
os expoentes máximos da cinematographia j ntos
pela primeira vez!

A DAMA DAS CAMELIAS

MAGUERITE GUTHIER

uma joia da Metro G. Mayer

NOTA — Não confundir com um film de nome identico mas de procedencia francesa que será exhibido noutro cinema desta capital

RESIDENCIA

Av. João Machado, 464

BEL. ANTONIO GALDINO GUEDES

ADVOGADO

Residencia: — Av. João Machado, 464

JOSÉ MARIO PORTO

ADVOGADO

Rua Barão do Triunpho, 377.

ANTONIO BOTTO DE MENEZES

ADVOGADO

Escriptorio e residencia á Rua Monsenhor Wal-
fredo, 416, desta cidade.

DR. GIACOMO ZACCARA

ESPECIALISTA

Vias urinarias — Syphilis

Ex. Interno dos serviços do prof. Bárbara na S. Casa, do prof. Bel-
miro Valverde na Polyclínica Geral do Rio de Janeiro, na Funda-
ção Gafé Guiné

Consultorio: Rua Barão do Triunpho, 466
Diariamente das 2 ás 8

DR. OSORIO ABATH

Chirurgião da Assistência Pública
e do Hospital Santa Isabel
OPERAÇÕES E Vias
URINARIAS

Tratamento médico e cirúrgico
das doenças da uretra, prostatá,
bexiga e rins. Cystoscó-
pia e ureteroscópia.

Consultas das 10 ás 13 e das
16 ás 18 horas.

Consultorio: — Rua Barão do
Triunpho, 466.

JOAO PESSOA

VENDE-SE uma optima casa á rua
13 de maio, 561, saneada, quintal todo
murado, com diversas fruteiras e
tendo bastante terreno. Comodos:
salas de espera, de visita, 5 quartos,
salas de copa, de jantar e cozinha,
óctois livres. A tratar na mesma com a
proprietária.

VIOLINO. — Vendese
um novo, a tratar na Ge-
rencia desta folha, com José
Nunes.

INSTITUTO COMMERCIAL "UNDERWOOD"

Officializado pelo Estado
Ensino rápido, instrutivo a cargo
de pessoal idoneo.

Estão abertas as matrículas para o
curso de Admissão, cujos exames se
realizarão na segunda quinzena de
fevereiro próximo. As aulas serão
diurnas e nocturnas.

Mantém o estabelecimento os cur-
tos Propedeutico Dactylographo, Ta-
chigrapho, Auxiliar do Comércio,
Guarda Livro, Contador, Perito-Con-
tador, Primário e Jardim de Infância,
funcionando nos dols horários.

Acceptam-se alunos para o estudo
de matérias avulsas.

Para melhor informações podem os
interessados se dirigir, nesta capital,
à Diretoria do estabelecimento, á rua
General Osório, 219.

João Pessoa, 20 de dezembro de
1937.

Myrtes de Almeida Carvalho

DOMINGO NO — REX — PARA ABRIR COM CHAVE DE OURO A BRILHANTE TEMPORADA DE 1938 !!!

SHANGHAI... CIDADE MYSTERIOSA ONDE O ORIENTE SE ENCONTRA COM O OCCIDENTE, E AS RACAS SE COLLIDEM !!!

LORETTA YOUNG — CHARLES BOYER

— em —

SHANGHAY

— com —

WARNER O LAND

Um romance da

PARAMOUNT



Somente sabbado no — **REX — DIA DE ANNO**

Uma pungente pagina dramatica !!!

CARLITO — o notavel comico — sabbado no — Matinée Collegial no — REX — numa impagavel comedia em copia nova toda musicada !!!

CHARLES CHAPLIN — vae provocar boas gragalhadas, em

RUA DA PAZ

JUNTAMENTE A DELICIOSA FARRA MUSICAL

VIVA O AMOR

Com ELEONORE WHITNEY — Um film da — **PARAMOUNT** — Preço unico: \$600

REX

O CINEMA DE TODA A CIDADE DE CHIC —

Soirée ás 7.30

SOIREE DA MODA — A SESSAO DA ELEGANCIA !!! ROMANTICO E DELICIOSO COMO POCOS !

Rochelle Hudson — Henry Fonda — em

INNOCENTE PECCADORA

Um film da — **20 th CENTURY FOX**

Complemento: — MELODIAS AO LUAR

FELIPPÉA

Soirée ás 7.15

O ROMANCE DE — ALEXANDRE DUMAS
A DAMA DAS CAMELIAS

Complementos: — NACIONAL D. F. B. — FOX MOVIE-TONE NEWS — jornal e — PROFESSOR DE SOPAOG — desenho de POPEYE

SESSAO DAS NORMALISTAS — A'S 4.15
SHIRLEY TEMPLE — a queridinha de todos, em

OLHOS ENCANTADORES

Um film da — **FOX**. — Preço unico: — \$500

SHANGHAY

— com —

ALISON SKIPWORT

Um lindo presente de

ANNO NOVO !

O CRIME DE SER BOA

Com — GLADYS GEORGE — **Paramount**

UMA EFOPÉA COMMOVEDORA DOMINGO NO — FELIPPÉA
Homens de caracter, disciplinados que davam a vida, quando preciso, a fim de que reinasse a ordem no novo estado !

FRED MAC MURRAY — JACK OAKIE — em

ATIRADORES DO TEXAS

Com: — JEAN PARKER

Um drama da — **PARAMOUNT**

JAGUARIBE

Soirée ás 7.15

A comedia musical do seculo somente hoje no "seu Cinema"

Ricardo Cortez — em

A INCOMPARÁVEL YVONNE

UM FILM DA — **UNIVERSAL**

Complemento: — NACIONAL D. F. B.

CINE S. PEDRO

A CASA DOS GRANDES ROMANCES DA TELA

HOJE — A'S 7.15 HORAS — HOJE

"SESSAO DAS MOCAS" — UMA FINISSIMA COMEDIA SOCIAL DO MESMO AUTOR DE — "ACONTECEU NAQUELLA NOITE"

GINGER ROGERS — GEORGE BRENT — em

EM PESSOA

Uma producção da — **R. K. O. RADIO**

AMANHA — A policia em accão procura descobrir um criminoso barbáro! Ricardo Cortez, em — CAÇADA HUMANA — juntamente a 4.ª serie do DOMINADOR DAS SELVAS — Com Rex.

Sabbado á noite — **GUERREIROS DA ÁFRICA**
Matinée ás 2 1/2 horas com um film escolhido

Domingo — **ABNEGAÇÃO**

3.a feira — **A DAMA DAS CAMELIAS**

JAMAIS OBSERVEI INSUCESSOS NAS SUAS INDICAÇÕES CLÍNICAS!

Sendo meu consultorio nesta Capital, assiduamente frequentado por numero de clientela das zonas rurais da cidade, à qual se torna difficultosa minister medicina antimuscular, deliberei em tais casos, escolher um preparado farmaceutico para uso interno, que allias ao exito prompto, a facilidade de aquisição e o preço moderado. Com esse decidido objectivo, tenho constantemente indicado o "Elixir de Nogueira", do Ph. e Ch. João da Silva Silveira, acreditado e excelente manipulação de que JAMais observei insucessos nas suas preciosas indicações clínicas.

FORTALEZA, Ceará.
Dr. Alvaro Fernandes
(Firma reconhecida pelo Tabellão Alex. Diogenes).

Registro de firmas, cobranças, etc.
Procuradoria de Encouraçado MUNICIPAL é a única organização que lhe oferece segurança rapida.
Machado Pinheiro, 208.

METROPOLÉ

O CINEMA MAIS AREJADO DA CAPITAL

HOJE — Duas sessões ás 6 1/2 e 8 horas —

O professor de muros mas uma vez na tela deste attraente Casino. — Converte fiada era o seu mal e nada podia! Depois vem muros... muros por causa de pequenos!... Aranham um sofa para elle, e o nosso herói "explodiu" como dynamite!

JAMES CAGNEY — o brigão — em

DIFFICIL DE LIDAR

Com MARY BRIAN — Uma super comedia da — **WARNER FIRST**

AMANHA — Na attraente SESSAO DA ALEGRIA por passagem do anno — 1937 para 1938 — oferecemos os nossos distintos "fans" um gigantesco film que entusiasma a juventude, e rejuvenesce os velhos

VIVA O AMOR — com Eleanor Whitney.

PRECO GERAL \$600 ATÉ A ENTRADA DO ANNO NOVO

SAEADO! — DIA DE ANNO BOM — Em attenção á guryada, uma giganteira matinée ás 3 1/2 da tarde. — A' noite um film que fascina! — Dalsa... Canta... Ginger Rogers — George Brent, em — **EM PESSOA**.

CINE-REPÚBLICA

HOJE — Espectaculo completo começando ás 7 horas da noite

Na tela — O empolgante film da "Universal"

ENTREVISTA SECRETA

com o sympathisado actor Ralph Bellamy

Complemento: — **UM NACIONAL (D. F. B.)**

Amanhã no palco — Um novo e extraordinario successo de LUIZA DE OLIVEIRA — numa comedia para rir á vontade.

A COMECAR DE HOJE NO PALCO

LUIZA DE OLIVEIRA, elemento destacado do Radio Club de Pernambuco e Grupo "Gente Nossa", actuando actualmente na "Radio Tabajara", aparecerá ao publico deste Cinema na gosadissima comedia em 1 acto

AS MULHERES NÃO SE ENGANAM

Com CILAIO RIBEIRO, GEORGE OLIVEIRA e GREGORIO, e mais um acto variado com FILOMENA E FLORENÇO, que actuam brilhantemente no "Programma Sertanejo", da P R I - 4, Orlando Vasconcellos, o cantor maximo do nosso "broadcasting", Geny Santos e L. Carvalho.

Preços: — Adultos 2\$100. — Crianças 1\$100

Ingressos desde já á venda na bilheteria do Cinema

EDITAIS

DIRECTORIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS — Edital n.º 4
Chama concorrentes ao fornecimento do seguinte material, conforme condições abaixo:

Para o Depósito de Obras Públicas (Espectro).

O Gabinete "Kardex", modelo D — 1069, equipado com 540 porta-fichas.

Os proponentes deverão fazer no Tesouro do Estado, uma caução em dinheiro, de 5% sobre o valor provável do fornecimento, que servirá para garantia do contrato, no caso da proposta ser aceita.

As propostas deverão ser escritas a tinta ou dactylographadas e assinadas de modo legível, sem rasuras, emendas ou borões, em duas vias, sendo uma devidamente sellada, (selo estatal de 25000 e de Educação e Saúde) contendo preços em algarismos e por extenso.

Os proponentes deverão marcar o prazo para a entrega das matérias oferecidas.

Em separado das propostas os concorrentes deverão apresentar recibos de haver pagos os impostos federal, estadual, municipal, bem como da caução que trata este Edital.

As propostas deverão ser entregues neste Serviço, que funciona no Palácio das Secretarias (Salão da Directoria de Viação e Obras Públicas), até às 15 horas do dia 2 de Janeiro vindouro, em envelopes devidamente fechados.

Os proponentes obrigar-se-ão tornar efectivo o compromisso a que se propuseram caso seja aceita a sua proposta, assignando contrato na Procuradoria da Fazenda, com o prazo máximo de 10 dias, após solucionada a concorrência.

A caução de que trata este Edital reverterá a favor do Estado, no caso de rescisão do contrato sem causa justificada e fundamentada.

Fica reservado ao Estado o direito de anular a presente, chamando a nova concorrência ou deixar de efectuar a compra do material constante do mesmo.

Serviço de Compras da Directoria de Viação e Obras Públicas, em João Pessoa, 17 de Dezembro de 1937.

Gergonio da Nobrega Filho, encarregado.

SECRETARIA DA FAZENDA — EDITAL N.º 7 — Conforme recomendação do sr. secretário da Fazenda, faço chegar ao conhecimento de quem interessar possa, que é posta em concorrência pública, à base de cincuenta e cinco contos de réis (55.000.000), a aquisição do grupo de dez (10) casas, de ns. 982, 984, 92, 994, 1.004, 1.006, 1.016, 1.018, 1.030 e 1.032, em chãos próprios situadas à avenda Duarte da Silveira.

Em igualdade de preço terá preferência o Montejo dos Funcionários Públicos do Estado.

As propostas deverão ser encaminhadas à Secretaria da Fazenda, em duas vias, com envelopes fechados, sellada a primeira via com dois mil e duzentos réis (25200).

Encerrará-se à concorrência no dia 12 de janeiro de 1938.

Gabinete da Secretaria da Fazenda, em J.º Pessoa, 27 de dezembro de 1937, — Elyssau de Barros Maul, pelo director do Gabinete.

DIRECTORIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS — SERVICO DE COMPRAS — EDITAL N.º 5 — Chama concorrentes ao fornecimento do seguinte material, conforme condições abaixo:

Para o Depósito da Directoria de Viação e Obras Públicas:

100 bairdes da chapa de ferro galvanizado de 1.16", de 0m, 35 de diâmetro de boca, 0m25 na base e 0m30 de altura, conforme amostra existente na construção do Instituto de Educação.

1 balança sistema "Howe", devendo pesar até 1.000 kilos.

Para a construção do Instituto de Educação (Edifício Central): 125m3.000 de pedra granítica n.º 2. 30m3.000 de pedra granítica, escura, n.º 2, para revestimento.

Os proponentes deverão fazer no Tesouro do Estado, uma caução em dinheiro, de 5% sobre o valor provável do fornecimento, que servirá para garantia do contrato, no caso da proposta ser aceita.

As propostas deverão ser escritas a tinta ou dactylographadas e assinadas de modo legível, sem rasuras, emendas ou borões, em duas vias, sendo uma devidamente sellada, (selo estatal municipal, bem como da caução que trata este Edital).

As propostas deverão ser entregues neste Serviço, que funciona no Palácio das Secretarias (Salão da Directoria de Viação e Obras Públicas), até às 15 horas do dia 8 de Janeiro vindouro, em envelopes devidamente fechados.

Os proponentes obrigar-se-ão a tornar efectivo o compromisso a que se propuseram, caso seja aceita a sua proposta, assignando contrato na Procuradoria da Fazenda com o prazo máximo de 10 dias, após solucionada a concorrência.

A caução de que trata este Edital reverterá a favor do Estado, no caso de rescisão do contrato sem causa justificada e fundamentada.

Fica reservado ao Estado o direito de anular a presente, chamando a nova concorrência, ou deixar de efectuar a compra do material constante do mesmo.

Serviço de Compras da Directoria de Viação e Obras Públicas, em João Pessoa, 23 de dezembro de 1937.

Gergonio da Nobrega Filho — Encarregado.

SEÇÃO LIVRE**DIRECTORIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS****Concorrência**

De ordem do sr. Director torno público que a Directoria de Viação e Obras Públicas, devidamente autorizada, vende a quem melhor preço oferecer ferro velho, pneumáticos estragados e saccos vazios, de cimento, usados, matérias que os interessados poderão verificar no Depósito e Oficinas de mesma Directoria.

Os concorrentes deverão enviar as suas propostas seladas, sem rasuras nem borões e suficientemente esclarecidas, à Secção do Expediente até às 10 horas do próximo dia 31 de corrente, mencionando os preços por kilo de ferro e por cada sacco e pneu matricado.

A Directoria se reserva o direito de anular a presente concorrência ou deixar de efectuar a venda caso os preços propostos não sejam considerados aceitáveis.

Secção do Expediente da Directoria de Viação e Obras Públicas, em João Pessoa, 16 de dezembro de 1937.

Byron Brayner, chefe de secção

AVISO A' PRAÇA

Tendo sido extraviado o conhecimento Original n.º 12, referente a 4 ns. salame e 1 cx. de presunto, marcas A & Cia, embarcadas no porto de Porto Alegre, no vapor Aratiba, entrado em Cabedelo no dia 17 do corrente mês e como os srs. Almeida & Costa, d'praca reclamam a entrega das mesmas independentemente da apresentação do conhecimento Original jamos pelo presente aviso si não houver quem possa apresentar reclamação contra esse acto, dar ciência que arremos entrega da conformidade com os decretos do Governo Federal nos. 18.473 de 10/10/30 e 19.754 de 8/3/31.

João Pessoa, 27 de dezembro de 1937.
(Ass.) p. Anizio da Cunha Rêgo — Agente.

Club Carnavalesco "Boêmios Brasileiros"**ASSEMBLEA GERAL**

De ordem do sr. Presidente provisório fico convocados todos os sócios do Club "Boêmios Brasileiros" para tomarem parte na reunião de Assembleia geral a realizar-se no próximo domingo 2 de janeiro pelas 14 horas, na sede social, na qual será eleita a sua Directoria efectiva.

O 1º secretario Lisbino Monteiro.

BARATA "FORD" 1929

Vende-se uma em óptimo estado de conservação, capota e pintura novas. Tratar com o Waldemar Chianca Hotel Areiense. — Areia.

PRECISA-SE de uma en-gommadeira e lavadeira, que durma na casa do patrão. Paga-se bem.

A tratar na rua Duque de Caxias n.º 614.

FORMIGUINHAS CASEIRAS

Se desaparecem com o uso do unico produto líquido que atrai e extermina as formiguiñhas caseiras e todas especie de baratas.

BARAFORMIGA 31°

Incóndria das duas Pharmaciae Drogarias DROGARIA LONDRES Rua Maciel Pinheiro 193

EPILEPSIA

O seu moderno tratamento "TARNAL" esmagá a EPILEPSIA sobre a TERRA.

GOTTAS - HEROICAS

Sedativo incomparavel Nas horas de dor lembrai-vos logo das GOTAS - HEROICAS

Produtos de grande aceitação nas praias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Bahia, Curytiba e outras.

A venda em todas as Drogarias e bôas Pharmaciaes.

Laboratorio "ISA", Rua Visconde de Pirajá n.º 585. Rio de Janeiro

Para informações: Travessa Av. João Machado n.º 36 João Pessoa

João Pessoa

EMPRESA CONSTRUCTORA UNIVERSAL LTD.

AUTORIZADA E FISCALIZADA PELO GOVERNO FEDERAL — CARTA PAT. N. 92

MATRIZ: SÃO PAULO — RUA LIBERO BADARÓ, 103 — 107

CAIXA POSTAL, 2999

TELEGRAMMA RECEBIDO PELA INSPECTORIA GERAL, DESTA EMPRESA, NESTA

CAPITAL A' RUA MACIEL PINHEIRO N.º 35 - 1.º A

"TRANSCREVEMOS TELEGRAMMA ACABAMOS TRANSMITTIR MANOEL MACHADO RESIDENTE RUA EPITACIO PESSOA 1180 NESSA CAPITAL: TEMOS PRAZER COMMUNICAR SORTEIO REALIZADO HOJE PELA LOTERIA FEDERAL COUBE TITULO MUNDIAL "D" NUMERO 92425 EMITIDO EM NOME SUA FILHINHA MENOR SELMA SER-RANO MACHADO UM PREMIO NO VALOR TRÊS CONTOS DE RÉIS. CONGRATULAMOS COM V. S. POR TÃO AUSPICIOSO ACONTECIMENTO PEDIMOS TENHA BONDADE AGUARDAR VISITA NOSSO INSPECTOR HERCULANO MENDONÇA A QUEM VAMOS DAR INSTRUCCÕES SOBRE A IMMEDIATA ENTREGA DESSE PREMIO. SAUDAÇÕES".

EMPRESA CONSTRUCTORA UNIVERSAL LIMITADA

AGUA FIGARO

Tinge em preto e castanho. Resiste aos banhos quentes, frios e de mar.

PILULAS DO ABBADE MOSS

TODO ESTE CORTEJO DE SOFRIMENTOS SE RESUME NUM MAL UNICO — DESORDENS DO APPARELHO GASTRO-INTESTINAL — DESORIENTA O DOENTE, ATORMENTA-O NAS HORAS DE PLEZER, OU DURANTE O SONHO, QUANDO CONSEGUE DORMIR A ACCAO DIRECTA E EFICAZ SOBRE O ESTOMAGO, GADO E INTESTINOS QUE EXERCEM AS PILULAS DO ABBADE MOSS SE TRADUZ NO DESAPARECIMENTO DESES SOFRIMENTOS

Agente para os Estados de Paraíba e Rio G. do Norte:
ALMEIDA & COSTA

RUA GAMA E MELLO, 87 — 1.º ANDAR. — End. Tel. — ALMEIDA

JOAO PESSOA —

CLINICA DE OLHOS**DO DR. EDUARDO CAVALCANTI**

(EX-INTERNO DO PROF. F. FIGUEIREDO)

Medico do Hospital Santa Isabel.

Consultorio: — Rua Barão do Triunpho, 438, 1.º

Consultas: — De 9 as 11, e de 14 as 17 horas.

JOAO PESSOA —

PARAHYBA

VENDE-SE

a casa n.º 236, situada à rua Alberto de Britto, dessa cidade, com diversas frutíferas, sendo: mangueira, abacateiros, laranjeiras, + fructipêzolas, jaqueiras e coqueiros; Com 8 metros de largura e 50 de fundo.

A tratar na mesma.

EXTERNATO CONCEIÇÃO CABRAL

do Instiuto S. José

RUA SA' ANDRADE, 313

(Esquina da Maciel Pinheiro)

Curso de Ferias

Accetam-se alunos para exame de admissão e materias avulsas como sejam: Portugues, Francés e Matematica.

Aulas das 8 horas as 11 e das 13 as 17.

Já começou o grande queima da CASA AZUL. Até 30 de corrente.

BÓLOS ARTÍSTICOS

Aluga-se o 1.º andar da casa D

22, a rua Peregrino de Carvalho.

Optimas accommodações.

A tratar na rua Duque de Caxias

n.º 814.

CASA

Aluga-se a de n.º 34, à Av. Cruz das Armas, no trecho compreendido entre a praça Sernam Leal e o Quartel com 3 quartos, sanhada. Aluguel 150.000.

Tratar na casa vizinha, n.º 42.

COSTURAS

EXECUTA-SE COM A MAXIMA BREVIDADE QUALQUER PEÇA POR PREÇOS AO ALCANCE DE TODOS.

RUAS DA REPUBLICA N.º 215.

Para cobranças de títulos, contas etc., o Escritório de Procuradoria MINELVA, mantém um advogado Maciel Pinheiro, 306.